

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EDMILSON CUNHA MELO NETO

**A (RE)ASCENSÃO E EXPANSÃO DA CHINA NO MUNDO GLOBALIZADO:
ANALISANDO A NOVA ROTA DA SEDA SOB AS ÓTICAS ECONÔMICA E
GEOPOLÍTICA**

**JOÃO PESSOA - PB
2019**

EDMILSON CUNHA MELO NETO

**A (RE)ASCENSÃO E EXPANSÃO DA CHINA NO MUNDO GLOBALIZADO:
ANALISANDO A NOVA ROTA DA SEDA SOB AS ÓTICAS ECONÔMICA E
GEOPOLÍTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Lima da Silva

**JOÃO PESSOA - PB
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M528r Melo Neto, Edmilson Cunha.

A (re)ascensão e expansão da China no mundo
globalizado: analisando a Nova Rota da Seda sob as
ópticas econômica e geopolítica / Edmilson Cunha Melo
Neto. - João Pessoa, 2019.

71 f. : il.

Orientação: Thiago Lima da Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. China. 2. One Belt One Road. 3. Nova Rota da Seda.
4. Eurasia. 5. globalização. I. da Silva, Thiago Lima.
II. Título.

UFPB/CCSA

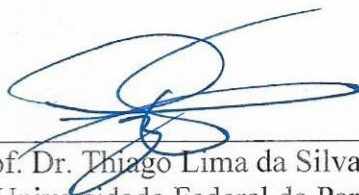
EDMILSON CUNHA MELO NETO

**A (RE)ASCENSÃO E EXPANSÃO DA CHINA NO MUNDO GLOBALIZADO:
ANALISANDO A NOVA ROTA DA SEDA SOB AS ÓTICAS ECONÔMICA E
GEOPOLÍTICA.**

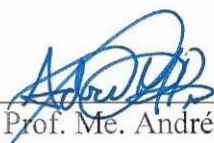
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 17/04/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Thiago Lima da Silva – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Me. André Mendes Pini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

AGRADECIMENTOS

Chegar aqui não foi fácil. Quando entrei no curso de Relações Internacionais da UFPB, eu era um adolescente que possuía visões completamente diferentes do mundo e achava que sabia de tudo. O primeiro ano, apesar de fazer algumas das minhas melhores amizades, foram de muitas reclamações e frustrações tanto com o curso quanto com a universidade. Sempre fui muito privilegiado na vida, mas ali não entendia qual era o privilégio de estar estudando numa instituição federal de ensino além de não estar pagando (diretamente) por ela. As primeiras notas, maior parte delas medianas e algumas muito abaixo do esperado, me faziam questionar meu intelecto, mas também foram essenciais para me dar um choque de realidade. Para estar ali eu precisava me dedicar e ter humildade.

Para chegar até aqui precisei do apoio de pessoas extraordinárias, em especial meus pais, irmãos e avós. Papai, sem dúvidas, foi aquele que mais me incentivou a continuar no curso enquanto eu comentava as frustrações, e sou muito grato por ter me apoiado em decisões arriscadas em minha vida e por ser a mão que eu pude contar cada vez que caísse. Mamãe, apesar de querer que eu fosse para outra graduação, esteve de abraços abertos para me acolher e dar carinho quando me senti só, e sempre me aceitou e respeitou independente da situação. Meu irmão, como mais velho, executou diversas vezes o papel de cuidar de mim e eu, algumas vezes, dele também, além de que me dava carona para a universidade. Minha irmã, palavras são poucas para descrever a importância que ela teve na minha vida, sobretudo de 2012 até aqui, posso dizer que ela é a que sempre acreditou no meu potencial e me acolheu quando meus pais não estavam por perto. Já meus avós, estes me proporcionaram o que eu chamo de lar há 5 anos e me fazem companhia na vida cotidiana.

E para falar dos privilégios da UFPB, devo mencionar primeiramente os amigos que fiz. A turma de 2014 foi muito unida. Apesar de que alguns de nós não conseguimos colar grau como previsto, essas amizades foram o primeiro tipo de relação que tive que as pessoas lhe aceitavam independente do que você fosse. Eu mudei do primeiro dia de universidade até o momento que escrevo este trabalho, e continuo mudando, e isso não foi problema algum para estes amigos. Meus anos de UFPB foram um divisor de águas, estudei com pessoas de diferentes crenças, cores, rendas, orientações sexuais, nacionalidades, posicionamentos políticos, etc. e eu não era melhor do que ninguém ali.

Sobre os amigos fora da universidade, estes também tiveram sua importância. Em 2016 criei as amizades mais intensas da minha vida, algo que não conhecia antes. São amigos que até hoje sei que posso desabafar, ter conversas intermináveis sobre inúmeros assuntos, que me

fazem rir de doer a barriga, que apoiam uns aos outros em projetos pessoais, e que, de fato, são as melhores companhias que tenho hoje. Das viagens aos cafés com fofoca, foram poucos anos que renderam muita memória boa.

Por fim, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, professor Thiago Lima, que abraçou a ideia de me orientar no tema em um de nossos primeiros encontros na aula de Economia Política Internacional. Foi um ano de apoio, paciência, atenção e muitos momentos que fomentaram questionamentos muito válidos para a pesquisa do trabalho. Sou muito grato por todo o conhecimento de mundo transmitido que, sem dúvidas, me ajudaram a expandir minha visão de mundo.

“Estudar e não pensar é um desperdício. Pensar e não estudar é um perigo”.

(Confúcio)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar possíveis motivações chinesas com a proposição do *One Belt One Road* (OBOR), ou Nova Rota da Seda, anunciada em 2013 pelo atual presidente chinês Xi Jinping (2013-) em duas modalidades: o Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota Marítima da Seda do século 21. Em termos gerais, a iniciativa tem como objetivo desenvolver infraestruturas na região da Eurásia, promovendo o comércio, integração financeira e trânsito de pessoas. Pressupõe-se que as motivações que movem o OBOR se estendem além da vontade chinesa de ajudar a economia de seus vizinhos. Desse modo, o estudo desenvolve-se a partir da seguinte pergunta: “quais condições econômicas e geopolíticas motivaram a China a propor o *One Belt One Road*?”. Para respondê-la, o trabalho se dividiu em dois capítulos. O primeiro trabalhou com as hipóteses de que a China enfrenta atualmente um esfriamento em sua economia e que sua atual concentração de capital estrangeiro exige que ela aplique o dinheiro na forma de Investimentos Estrangeiros Diretos. Para chegar aos resultados fez-se necessário discutir o desenvolvimento econômico da China que condicionou seu estado atual. O capítulo seguinte, de cunho geopolítico, por sua vez, partiu das hipóteses de que a China possui interesse em aumentar sua influência política na Eurásia e de que existe uma necessidade em estabilizar regiões englobadas na iniciativa, como Ásia Central e a Região Autônoma Uígor de Xinjiang. A discussão desenvolveu-se com base na perspectiva contra hegemônica da China e complementa-se com o entendimento da relação da China com países e regiões importantes para a consolidação da iniciativa. Tendo em vista estas duas perspectivas, observou-se que o OBOR funciona como uma ferramenta que pode solucionar os problemas de caráter econômico e geopolítico, mas que também contribuirá para a expansão da China além da região da Eurásia. O trabalho fez uso de uma metodologia de caráter qualitativo, conduzido por meio de revisão sistemática de literatura nas áreas de economia, geopolítica, estratégia e política externa chinesa.

PALAVRAS-CHAVE: China; One Belt One Road; Nova Rota da Seda; Eurásia; globalização.

ABSTRACT

The present study aims to analyze possible Chinese motivations with the proposition of the Belt and Road Initiative (OBOR), also known as New Silk Route, announced in 2013 by current Chinese president Xi Jinping (2013-) in two arrangements: Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road. Overall, the initiative has as goal the development of infrastructures in Eurasia, promoting trade, financial integration and the transit of people. It is assumed that motivations behind OBOR go beyond the Chinese will to help its neighbors. Thus, the study is developed upon the following research question: “which economic and geopolitical conditions drove China to propose the One Belt One Road?”. In order to answer it, this piece of work was divided into two chapters. The first one was based on the hypothesis that China is currently facing an economic cooldown and its current foreign reserves volume demands that the country use the money in Foreign Direct Investments. To obtain the results, it explains Chinese economic development as a necessary ground to understand what caused the current state of China’s economy. The following chapter, based on a geopolitical analysis, was structured on the hypothesis that China is interested in expanding its political influence in Eurasia and that there is a need to stabilize regions part of the initiative, namely Central Asia and Xinjiang Uighur Autonomous Region. Considering these two perspectives, it was possible to note that the OBOR works as a tool that can help China tackle both economic and geopolitical issues, but also contributes to China’s expansion beyond Eurasia. This study was based on a qualitative research methodology, conducted upon systematic literature review in the fields of economics, geopolitics, strategy and Chinese foreign policy.

KEYWORDS: China; One Belt One Road; New Silk Road; Eurasia; globalization.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Rotas da Seda (vermelho) e de Especiarias (azul)	67
ANEXO B – Iniciativa One Belt One Road (Cinturão Econômico em laranja e Rota Marítima em pontilhado).....	68
ANEXO C – Os seis corredores propostos pelo OBOR.....	69
ANEXO D - Heartland	70
ANEXO E – Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) e Região Autônoma Uigur de Xinjiang	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entrada de Investimentos Estrangeiros Direto na China (1990-2000)	24
Gráfico 2 - Crescimento anual do PIB (1980-1988).....	25
Gráfico 3 - Crescimento anual do PIB (2002-2017).....	26
Gráfico 4 - Exportações chinesas em milhões de dólares (1992-2017)	26
Gráfico 5 – Investimentos Estrangeiros Diretos da China no Exterior (1996-2013)	29
Gráfico 6 - Distribuição dos projetos na Eurásia (%).....	30
Gráfico 7 - Salários mínimos em cidades selecionadas por ano em yuan (2010-2018).....	30
Gráfico 8 – Exportações da China por região em porcentagem (2016)	43
Gráfico 9 – Importações da China por região em porcentagem (2016)	43
Gráfico 10 – Crescimento anual do PIB em porcentagem (2012-2017)	47

LISTA DE ABREVIATURAS

AIIB – *Asian Infrastructure Investment Bank* (Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura)

ASEAN Plus Three – *Association of Southeast Asian Nations* (Cooperação entre a Associação das Nações do Sudeste Asiático e China, Coreia do Sul e Japão)

BCIM – *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor* (Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar)

BRICS – Bloco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CPEC – *China-Pakistan Economic Corridor* (Corredor Econômico China-Paquistão)

EAEU – *Eurasian Economic Union* (União Econômica Eurasiana)

IED – Investimento Estrangeiro Direto

JVC – *Joint Venture Capital*

NBD – Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS

OBOR – *One Belt One Road* ou Nova Rota da Seda

OCX – Organização da Cooperação de Xangai

OMC – Organização Mundial de Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

SREB – *Silk Road Economic Belt* (Cinturão Econômico da Rota da Seda)

TFP – *Total Factor Productivity* (Produtividade Total dos Fatores)

TVE – *Township and Village Enterprise*

XUAR – *Xinjiang Uighur Autonomous Region* (Região Autônoma Uigur de Xinjiang)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS PARA A NOVA ROTA DA SEDA	18
1.1 Crescimento econômico chinês a partir das reformas de 1978-1993	19
1.2 Liberalização da economia chinesa na década de 1990	22
1.3 Desafios da economia chinesa	25
1.4 A Nova Rota da Seda como ferramenta de dependência regional	31
1.4.1 As três áreas prioritárias do OBOR	33
1.4.1.1 Conectividade em infraestrutura.....	33
1.4.1.2 Cooperação financeira	33
1.4.1.3 Cooperação em manufatura	35
1.5 Conclusão	36
2. MOTIVAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA A NOVA ROTA DA SEDA	39
2.1 Estados Unidos	41
2.2 Índia e o acesso ao Índico	47
2.3 Ásia Central	50
2.4 Aliança Estratégica com Rússia	53
2.5 Conclusão	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o contexto internacional atual, percebe-se um grande papel exercido pela China tanto na parte econômica quanto política.. O trabalho busca explorar temas que precisam ser mais discutidos na área das Relações Internacionais no Brasil, além de que os trabalhos existentes que concernem as motivações da iniciativa chinesa são poucos e examinam majoritariamente o espectro econômico por trás dela. Ademais, o trabalho também contribuiu para a formulação de um projeto de mestrado deste autor.

Antes de introduzir a Nova Rota da Seda, entende-se pertinente falar brevemente sobre a Rota da Seda original. A Rota da Seda foi um termo criado por um geógrafo alemão no fim do século XIX para descrever diversas rotas de comércio que percorriam a Ásia e Europa e que se desenvolveu nos últimos 2000 anos (Anexo A). O nome remete a muitas imagens de exploração e aventura, como no caso de Marco Polo, e é conhecida mundialmente em mito, lendas, músicas e filmes. Atribuiu-se “Seda” por este ser um dos primeiros produtos a serem comercializados nestas rotas, sendo muito popular entre homens e mulheres e contribuindo para fluxos de ouro até a China. Além da seda, muitos outros produtos eram comercializados nesta vasta rede de rotas, e ideias e doutrinas das mais variadas viajavam nestes percursos (BHOOTHALINGAM, 2016).

Bhoothalingam (2016) afirma que estas rotas foram um exemplo primitivo de globalização na prática, exemplificado com o Império Mongol durante o século XIII, em que os mongóis unificaram uma enorme massa da Eurásia, desde Pequim até Belgrado, criando a maior rede de livre comércio já conhecida, garantindo a ampla e barata distribuição de bens. Além disso, Genghis Khan tanto aboliu a tortura e mutilação, como também empregou pessoas de diversas nacionalidades em seu exército e administração. Sob seu comando, o Império Mongol obteve liberdade de religião e a prática de imunidade política para embaixadores (WEATHERFORD *apud* BHOOTHALINGAM, 2016). Destaca-se também o serviço postal internacional dos mongóis que se manteve o mais rápido entre Viena e Vladivostok até o surgimento da ferrovia Transiberiana 600 anos depois (BHOOTHALINGAM, 2016).

São rotas com muita história e com um nome que é bastante conhecido mundialmente, e fazer referência a elas num novo patamar no século XXI pode ser uma maneira eficiente de chamar atenção e fazer alusão ao prestígio semelhante numa nova iniciativa, fortalecendo uma narrativa e apresentando as intenções chinesas como “menos agressivas”. A iniciativa OBOR resulta da união de duas propostas promovidas pelo presidente chinês Xi Jinping (2013-) no

Cazaquistão e Indonésia em 2013, o *Silk Road Economic Belt* (Cinturão Econômico da Rota da Seda) e a *21st Century Maritime Silk Road* (Rota da Seda Marítima do século 21) (Anexo B). O OBOR consiste em uma proposta ambiciosa do país asiático que engloba 65 países, compostos por uma população somada em 4,4 bilhões e por 30% da economia global (ZHOU; ESTEBAN, 2018). Ele dispõe como promessa ajudar o desenvolvimento dos países englobados por meio de megaprojetos de infraestrutura, e dá a oportunidade para a China promover ideias e normas alternativas paralelas às existentes e lideradas por potências ocidentais, como também ajuda Pequim a construir seu soft power e poder normativo, e a aumentar sua legitimidade como potência emergente no sistema internacional (ZHOU; ESTEBAN, 2018).

Oficialmente, o OBOR possui cinco principais objetivos: coordenação de políticas, facilitação de conectividade, comércio ininterrupto, integração financeira, e intercâmbio de pessoas. Para alcançar esses os “cinco objetivos de conectividade” citados, a China propôs seis grandes corredores econômicos dentro do OBOR para compor um novo tipo de modelo de desenvolvimento (Anexo C). São eles o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar (BCIM); o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC); a Nova Ponte Continental da Eurásia; o Corredor Econômico China-Mongólia-Rússia; o Corredor Econômico China-Ásia Central; e o Corredor Econômico da Península da Indochina (DEEPAK, 2018).

A proposta deste trabalho é compreender as condições econômicas e geopolíticas que levaram a China a formular a iniciativa OBOR e que contribuem para sua expansão na região da Eurásia, partindo da pergunta “quais condições econômicas e geopolíticas motivaram a China a propor o *One Belt One Road*?”. Assim, o primeiro capítulo teve como base as hipóteses de que a China enfrenta um esfriamento de sua economia e de que sua atual concentração de capital exige que o país aplique dinheiro na forma de Investimentos Estrangeiros Diretos. Inicialmente, aborda os fatores que impulsionaram a economia chinesa a partir do fim da década de 70, como as reformas propostas por Deng Xiaoping (1978-1990) e a abertura gradativa da economia chinesa.

Consequente e compreendendo a acumulação de capital chinesa e a elevada taxa de crescimento característica do período entre 1980-2012, discute-se as motivações econômicas para a fundação do OBOR, substanciando o argumento do capítulo que centra-se no combate às dificuldades apresentadas na economia chinesa e na capacidade da China de estabelecer um sistema de dependência por seu capital, moeda e produtos, formando um novo pilar econômico que possibilite o crescimento sustentável de sua economia. Para chegar ao argumento, discute-se o esfriamento da economia e suas possíveis causas, a busca pela ampliação do mercado consumidor, diminuição do custo de transportes por meio do investimento em infraestruturas;

pela grande reserva de capital chinês que é aplicado por meio de Investimentos Estrangeiros Diretos com o intuito de receber retornos; pela vontade de apresentar alternativas ao sistema financeiro e de comércio ocidental; e pela busca por recursos naturais.

Ainda nesta abordagem econômica, o capítulo compara o conceito de Imperialismo Moderno de Dobb (1978) com a proposição do OBOR e discorre sobre as instituições financeiras encabeçadas pela China e como contribuem para que os países englobados na iniciativa façam parte de uma rede de dependência pela China, enquanto que esta goza de maior independência do capital ocidental e do dólar.

No capítulo seguinte, analisa-se a conjuntura geopolítica do continente Eurasiático e suas implicações para a formulação do OBOR, trabalhando em cima de que existe uma vontade chinesa de exercer maior influência no continente eurasiático, e de estabilizar a região da Ásia Central e a Região Autônoma Uigur de Xinjiang (XUAR). De início, busca-se introduzir a visão geopolítica chinesa e assim associa-la à Nova Rota da Seda. Em seguida, o capítulo divide-se em quatro seções que explicam diferentes aspectos geopolíticos que foram identificados como motivações por trás do OBOR. Primeiramente, se discute a presença estadunidense no continente asiático e o papel dos Estados Unidos para a fundamentação da iniciativa OBOR. Em seguida, aborda-se as questões referentes ao Oceano Índico e disputas com a Índia. Logo após será analisado o papel da Ásia Central na visão de diferentes autores. E, por fim, propõe-se uma observação sobre a aproximação e a aliança sino-russa e suas implicações para o OBOR. O capítulo aborda três principais aspectos geopolíticos da iniciativa: expansão da influência chinesa na região, segurança nacional e segurança energética.

A parte final do trabalho é dedicada às considerações finais do autor, em que se destaca os argumentos principais discutidos nos capítulos 1 e 2 e apresenta-se uma reflexão acerca da proposição do OBOR. Com as conclusões feitas nos capítulos, foi possível observar que os elementos econômicos e geopolíticos não podem ser excluídos de uma análise das motivações da iniciativa OBOR, visto que a iniciativa promete impulsionar o comércio global, a integração financeira e o trânsito de pessoas, além de que atua diretamente em diferentes países por meio dos projetos de infraestrutura.

Tendo isso em vista, o trabalho teve como objetivos analisar o desenvolvimento econômico chinês consequente das reformas de Deng Xiaoping a partir de 1978, e os desdobramentos de uma economia com altas taxas de crescimento até chegar na proposição do OBOR, entre 2013 e 2014. Metodologicamente, a pesquisa tem caráter qualitativo, conduzida por meio de uma revisão bibliográfica nas áreas de economia, geopolítica, estratégia e política externa chinesa, tendo como base de pesquisa bancos de artigos, teses e dissertações, tais como

a plataforma Periódicos CAPES, Repositório Eletrônico Institucional da UFPB, e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e livros que abordem as áreas supracitadas. Além destes, também foram extraídas notícias de jornais e discursos oficiais para contrastar com os dados obtidos através da revisão bibliográfica. Dentre estes, buscou-se fazer uso de autores de diferentes nacionalidades e de bibliografia nos idiomas português, inglês e mandarim. Destaque-se que a análise de textos em mandarim é uma contribuição relevante, dado que poucos brasileiros dispõem de habilidade de leitura no idioma predominante da China.

1. MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS PARA A NOVA ROTA DA SEDA

A conjuntura atual da China e sua participação no cenário global tem sido mencionada por alguns autores como a ascensão da China como superpotência. Entretanto, uma análise mais profunda da história poderá identificar que nos últimos dois mil anos a China disfrutou do status de superpotência diversas vezes, como durante a Dinastia Han, Tang e início da Dinastia Qing. A fase mais recente foi em 1820, período em que o PIB da China contabilizava 30% do PIB mundial (YAN, 2001).

Assim, os chineses entendem o momento atual como a China voltando ao seu status internacional perdido, como um ressurgimento, no lugar de estar se intitulado de algo novo (YAN, 2001). Segundo Stuenkel (2018), os termos “potência emergente” ou “potência ascendente” são inadequados na visão dos chineses, pois a China é vista por eles como uma potência mundial que possui tradição muito mais longa que quaisquer atores ocidentais.

Apesar do prestígio e influência chineses na atualidade, observa-se que a potência asiática vem passando por um momento econômico que demanda novas alternativas para manter o alto padrão de crescimento e as taxas do Produto Interno Bruto (PIB) elevadas. O presente capítulo buscará relacionar as dificuldades da economia chinesa e a vontade do país de consagrar-se mais influente e independente no cenário global com a proposição chinesa da iniciativa OBOR.

Para isso, a primeira seção discorrerá sobre o processo de crescimento econômico chinês apresentado a partir das reformas iniciadas em 1978, o que explicará o prestígio econômico chinês atualmente. A segunda seção fundamenta-se nas dificuldades que vem se apresentando para o modelo de crescimento econômico chinês, buscando estabelecer uma ligação com o OBOR. A seção seguinte, por sua vez, propõe que além de combater as dificuldades econômicas, o OBOR configura-se como uma ferramenta que criará uma dependência econômica dos países englobados pela iniciativa com a China, constituindo-se como um novo pilar da economia chinesa. Toma-se como base o conceito de Imperialismo Moderno de Maurice Dobb (1978) e exemplifica-se nas subseções que irão centrar-se nas três áreas prioritárias do OBOR: conectividade em infraestrutura, cooperação em manufatura e cooperação financeira.

1.1 Crescimento econômico chinês a partir das reformas de 1978-1993

A atual fase de prosperidade chinesa está vinculada à abertura do país e as reformas políticas iniciadas por Deng Xiaoping (1978-1990), antigo líder supremo da China, em 1978. A fase anterior caracterizava-se pela superconcentração de poder que causava distorções no processo de tomada de decisão; o gerenciamento do pessoal que compunham o governo era ineficiente; concentração e envelhecimento dos quadros dirigentes; e a negligência na promoção do sistema democrático e legal. Essa estrutura impossibilitava o desenvolvimento econômico e social da China (LISENG *apud* LEITE, 2011).

Mas além desse problema interno que causara um descontentamento geral da nação e que fez com que Deng tivesse uma visão revisionista, os líderes chineses também passaram a ficar atentos ao desempenho econômico dos tigres asiáticos – Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan – (LEITE, 2011), o que fez com que a China abandonasse o antigo modelo stalinista de desenvolvimento e fosse atrás do modelo do Leste Asiático (GOLDMAN *apud* LEITE, 2011). Assim, a China, sob comando de Deng, abriu-se para o comércio exterior e para o investimento estrangeiro, o que posteriormente traria mudanças profundas para a economia e a sociedade chinesa (LEITE, 2011).

As reformas e a abertura da China, por sua vez, precisam de uma maior atenção. Ao mesmo tempo que buscava importar ciência, tecnologia e práticas econômicas do Ocidente, Deng também se preocupava em manter o sistema político comunista do país (GOLDMAN *apud* LEITE, 2011). Dessa forma, a abertura chinesa e sua reforma foi feita de forma gradual, experimental e com forte controle do Estado (GUTHRIE *apud* LEITE, 2011), o que fez com que fosse possível para o governo chinês se manter como “força estabilizadora” na transição de economia centralizada e planificada de modo a formar instituições fundamentais que impedissem o colapso econômico e social do país (NAUGHTON *apud* LEITE, 2011).

Segundo Naughton (2006), as reformas dentro da China ocorreram em dois estágios. O primeiro deles (1978-1993) desenvolveu-se sobre os sucessos rurais, tendo como objetivo básico desestruturar a economia planificada enquanto mantém o crescimento econômico. Para isso, introduziu o Sistema de Responsabilidade Familiar entre 1978-1983, devolvendo o processo decisório e o controle sobre os excedentes da agricultura das comunas de volta para as famílias rurais. O resultado disso foi que a atividade e produtividade rural aumentaram significativamente, fortalecendo a tendência anterior das comunas produzirem bens não-agrícolas (ARRIGHI, 2010).

A partir de 1983, o governo chinês permitiu que os moradores da zona rural pudessem fazer o transporte e marketing de longa-distância de modo a encontrarem mercado para seus produtos, sendo a primeira vez que os camponeses chineses tiveram a oportunidade de fazer negócios fora de suas terras. E em 1984, os camponeses foram permitidos de trabalhar em cidades vizinhas dentro de empresas chamadas *Township and Village Enterprises* (TVEs) – empresas de posse coletiva geridas localmente (ARRIGHI, 2010). Arrighi (2010) afirma que o surgimento desse tipo de empresas deu-se por conta de duas reformas, a primeira delas sendo a descentralização fiscal, dando autonomia para os governos locais promoverem crescimento econômico e utilizar resíduos fiscais como bônus; e a mudança na avaliação das gestões públicas (*cadre* ou 干部) de acordo com o desempenho econômico de suas localidades, sendo um forte incentivo para que os governos locais investissem no crescimento econômico

As TVEs foram de grande importância para compensar a perda de empregos estatais e urbanos, visto que estas empresas se tornaram foco de realocação das energias empreendedoras dos gestores públicos e dos oficiais do governo para os objetivos de desenvolvimento. Assim, o aumento do número de TVEs também resultou no aumento da força de trabalho rural em atividades não-agrícolas, indo de apenas 28 milhões em 1978 para 176 milhões em 2003 (ARRIGHI, 2010).

A importância das TVEs no crescimento econômico chinês baseia-se em quatro pontos destacados por Arrighi (2010). O primeiro deles trata da orientação de trabalho intensivo permitiu que elas absorvessem o excedente de trabalho rural e que aumentassem os salários rurais sem um enorme aumento na migração para as zonas rurais. O segundo deve-se ao fato de que as TVEs eram relativamente desreguladas, e a entrada desse tipo de empresas em diversos mercados aumentou a pressão competitiva em todo setor, fazendo com que tanto empresas estatais e empresas urbanas em geral melhorassem seu desempenho. O terceiro ponto destacado pelo autor verifica-se em torno de que as TVEs configuram-se como uma grande fonte de receitas fiscais da zona rural, diminuindo o peso fiscal sobre os camponeses. E o último ponto destacado, também considerado como o mais importante, trata das empresas que reinvestiram os lucros e aluguéis localmente, expandindo o tamanho do mercado local e criando condições para novas rodadas de investimento, criação de empregos, e divisão do trabalho (ARRIGHI, 2010).

O primeiro estágio de reformas na China também foi marcado pela introdução de uma estratégia *dual-track*, que se refere a coexistência de um plano tradicional de uma economia planificada e a presença do mercado para a alocação de bens. Na prática, durante este estágio,

maior parte dos bens produzidos enquadravam-se num sistema de preços duplos: o preço determinado pelo Estado, que geralmente era baixo, um preço de mercado, geralmente mais alto. Assim, pode-se dizer que era uma estratégia que atuava dentro do setor estatal, dentro das fábricas estatais e dentro da economia industrial. Resultante disso foi que praticamente quase todas as fábricas, fábricas estatais inclusas, foram introduzidas ao mercado e ao processo de adaptação ao mercado (NAUGHTON, 2006).

Complementar a isso, com a legitimidade dada aos preços de mercado, o sistema também permitiu empresas que estatais operassem e cooperassem com empresas não-estatais, garantindo certa flexibilização. Com a abertura do setor industrial para novos competidores a partir de 1979, um grande número de *start-ups*, em especial as indústrias rurais, apressaram-se para usufruir dos grandes benefícios do setor industrial, e esta rápida e volumosa entrada aumentou fortemente a competição e as condições de mercado. O tamanho da China, sua diversidade e o papel prévio exercido pelo governo chinês na economia contribuíram para facilitar a diminuição de barreiras para a entrada de novos negócios no mercado, permitindo que houvesse competição entre empresas do setor público (NAUGHTON, 2006).

Com o aumento da competição, oficiais do governo passaram a implementar formas de aprimorar os incentivos e capacidades administrativas dentro do setor público. Isto pode ser observado nos contratos que eram assinados entre os planejadores com cada empresa estatal, especificando as taxas e contribuições para o plano de equilíbrio material. Isto é, as taxas eram específicas para cada empresa, sendo determinada de acordo com o desempenho da empresa no ano anterior, de certo modo facilitando a transição de empresas estatais para o sistema de mercado (NAUGHTON, 2006).

Naughton (2006) argumenta que os preços flexíveis exerceram um papel importante dentro da economia chinesa, datando o início dos anos 80 com um grande número de transações sendo feitas a preço de mercado, e em 1985 os preços de mercado receberam a sanção legal para serem utilizados nas trocas de bens de produção fora do plano¹. De maneira geral, conclui-se que o primeiro estágio de reformas foi descentralizador, transferindo o poder dos planejadores centrais para os agentes locais, mantendo os interesses vitais.

¹ Fora do plano refere-se à produção excedente ao que era necessário para manter os estoques do governo chinês (NAUGHTON, 2006).

1.2 Liberalização da economia chinesa na década de 1990

O segundo estágio de reformas econômicas (1993-hoje), conseguinte da liderança de Deng Xiaoping, desenvolveu-se organicamente a partir do estágio anterior. Para que fosse possível, algumas políticas foram fundamentais para todo o conjunto: fim do sistema de preços duplos, re-centralização dos recursos fiscais, e austeridade macroeconômica. A partir de base de políticas macroeconômicas consolidadas, os reformistas chineses puderam alterar o foco para a reestruturação regulamentária e administrativa dos setores chaves de mercado, tais como o sistema bancário, sistema tributário, sistema de governança corporativa, e o setor externo, a partir da entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) (NAUGHTON, 2006).

Considerando esta reestruturação supracitada, o governo central necessitava estabelecer uma fonte de recursos para arcar com a receita pública, visto que a receita orçamentária sofria uma queda devido à erosão do sistema anterior em que empresas estatais usufruíam de posições de monopólio para arrecadar receita para o Estado chinês. Além disso, também deve-se considerar que a estratégia de transição da economia chinesa que reforçava a descentralização da autoridade e dos benefícios, e visava transferir recursos do controle do governo para o mercado, teria como resultado lógico a queda de arrecadação por parte do Estado chinês (NAUGHTON, 2006).

Desse modo, a China teve de passar por um período de austeridade macroeconômica iniciado em meados de 1993 para que pudesse assegurar um grau determinado de estabilidade econômica, e assim suceder com a transição. Novas regras e novos preços foram introduzidos e se aplicavam a princípio a todos os atores econômicos. O governo chinês buscava criar e regulamentar a competitividade de modo a incentivar a economia e deixar seu mercado à nível da competição generalizada. E assim o fez a partir dos novos sistemas fiscal e de comércio exterior, e da nova Lei Empresarial² (NAUGHTON, 2006).

Destes, vale destacar as reformas no setor de comércio exterior que passaram a valer a partir do fim de 1993, unificando o regime de câmbio estrangeiro, desvalorizando a moeda chinesa, e estabelecendo conversibilidade de conta corrente. Estas foram medidas necessárias para garantir a entrada da China à OMC, além de que, ao mesmo tempo, a entrada da China à OMC representava um passo importante para a abertura da economia chinesa, e para a competição de bens e empresas estrangeiras no mercado chinês (NAUGHTON, 2006).

² *Company Law* (Tradução nossa). Conjunto de normas introduzidas que iriam auxiliar a regulamentação de estatais que passaram a abrir-se para o mercado de ações (NAUGHTON, 2006).

Apesar disso, Arrighi (2010) afirma que China sempre agiu de maneira que o auxílio estrangeiro, como o do Banco Mundial, servisse aos seus “interesses nacionais”, ou seja, sempre atenta as suas próprias características sociais, políticas e econômicas, e não aos interesses do Tesouro Nacional americano ou do capital ocidental, da mesma forma fez com os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) que quisessem entrar no país. Assim, o que se pode entender é que o governo chinês entendia a entrada na OMC como um fator mais positivo para a China do que para o mercado financeiro internacional.

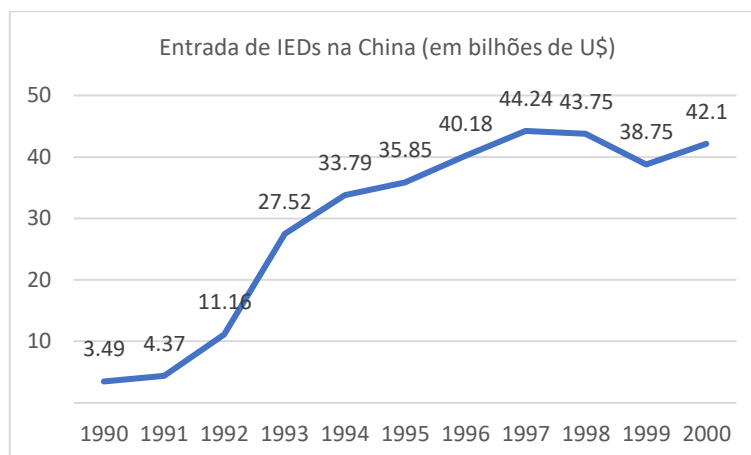
O que Matzopoulos e Shen (*apud* LEITE, 2018) argumentam, por sua vez, é que já desde o fim dos anos 80 a China já estabelecia uma estrutura legal para garantir e estimular a entrada de capital estrangeiro. Segundo Leite (2018), as reformas econômicas, mais precisamente as do segundo estágio, fizeram com que a China se tornasse um polo atrativo de capital direcionado as suas atividades produtivas, embora a política chinesa se distinguisse dos outros casos de políticas de atração de capital estrangeiro.

Empresas, indivíduos e/ou grandes corporações que quisessem ingressar no mercado chinês deveriam fazer parte de concessões legais conhecidas por *joint capital ventures*³ (JCV). A entrada de empresas estrangeiras que formem *joint-ventures* com empresas chinesas do mesmo setor seria facilitada pelo governo chinês, com o objetivo de proporcionar a transferência de tecnologia entre elas (IPEA *apud* LEITE, 2018).

O incentivo à exportação e à importação de know-how tecnológico foi feito através da busca do governo chinês pelos interesses externos e da diáspora chinesa capitalista, mas reforçando que o governo chinês exercia o papel de principal credor da potência capitalista dominante, os Estados Unidos, e reforçando que o auxílio seria aceito apenas se favorecesse os interesses nacionais chineses (ARRIGHI, 2010). Leggett e Wonacott (*apud* ARRIGHI, 2010) afirmam que essa grande onda de IEDs contribuiu para que a China aprendesse as técnicas de manufatura mais modernas, e que o grande apetite chinês por tecnologia estrangeira contribuiu para fortalecer os ganhos em produtividade por toda a economia.

³ A IPEA (*apud* LEITE, 2018) caracteriza as *joint ventures* como um tipo de associação entre duas ou mais empresas que se associam para extrair benefícios em um determinado setor a partir de alguma atividade.

Gráfico 1 - Entrada de Investimentos Estrangeiros Direto na China (1990-2000)



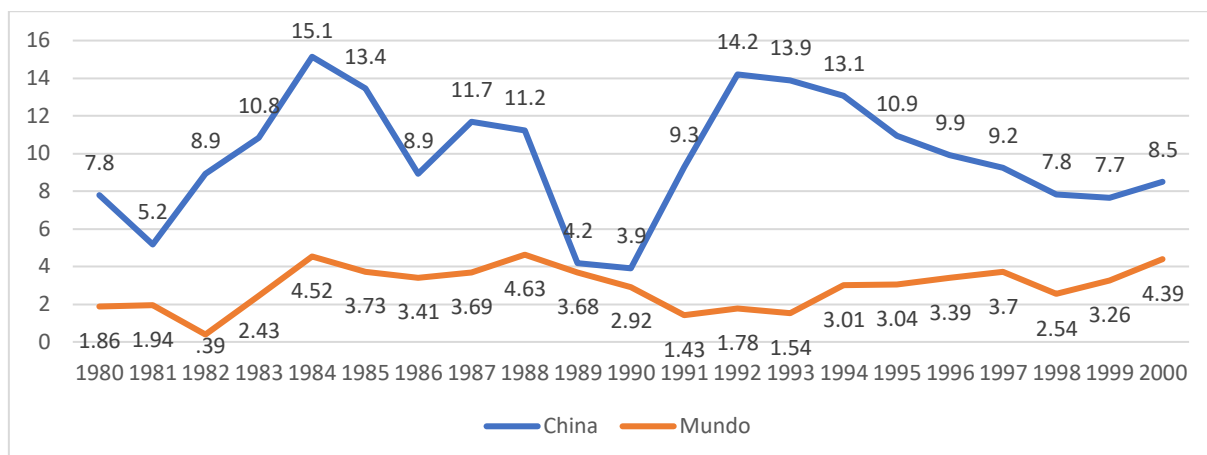
Fonte: Banco Mundial, 2019.

A entrada de capital estrangeiro trouxe múltiplos ganhos para a China, sendo o primeiro deles a modernização dos equipamentos industriais, a disseminação de novas técnicas de produção, e o aprimoramento do setor de produção de bens para a exportação. O fluxo também auxiliou a adesão de maior tecnologia no processo produtivo de diferentes setores, ajudando assim a produção e o setor produtor de mercadorias voltadas para a exportação. O aumento de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foi fortemente impulsionado pela presença de capital estrangeiro (MATZOPOULOS; SHEN *apud* LEITE, 2018). Assim, tem-se como resultado a gradual mudança do perfil de produção da China, que deixa de lado o padrão de produção de produtos de baixa qualidade (LEITE, 2018).

Além disso, o governo chinês também se tornou um grande incentivador da competição entre todos os tipos de capital, seja ele estrangeiro, doméstico, privado ou público. E fez isso mais por meio da quebra de monopólios e eliminação de barreiras do que por meio de privatizações. Resultante disso tem sido uma constante superacumulação de capital e uma pressão sobre as taxas de lucro (ARRIGHI, 2010).

As reformas e a abertura da China foram a base das elevadas taxas de crescimento do PIB apresentadas a partir de 1980 (Gráfico 2), o que gerou o termo de modelo de desenvolvimento chinês. A diferença entre o sistema fechado durante o governo Mao e política de abertura adotada por Deng é reconhecida de forma geral entre os chineses, tendo em vista que as medidas de abertura aceleraram a economia chinesa de modo muito significativo (YAN, 2001).

Gráfico 2 - Crescimento anual do PIB em % (1980-2000)



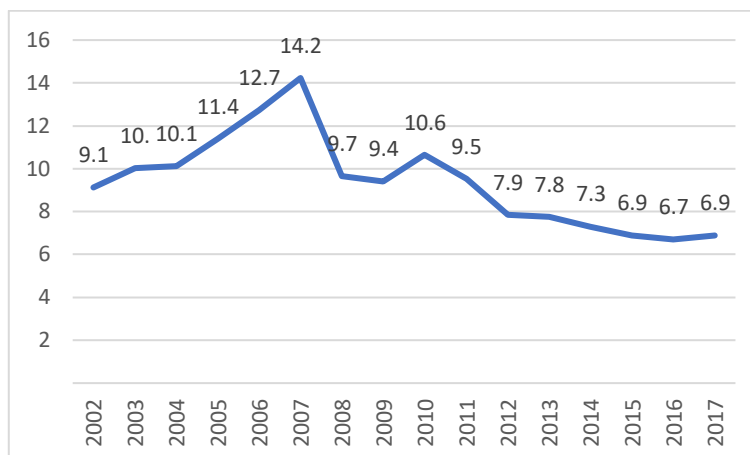
Fonte: Banco Mundial, 2019.

1.3 Desafios da economia chinesa

Segundo Huang (2016), economistas dividem uma economia em três partes: consumo, investimento e exportação. Tendo em vista que o crescimento econômico chinês nas últimas décadas dependeu principalmente de exportações e investimentos, seu consumo poderia ser classificado como relativamente fraco. Os motores das exportações e dos investimentos são duas indústrias manufatureiras em expansão, sendo uma delas a de trabalho intensivo e baixo valor agregado, aliada ao crescimento da exportação, e outra majoritariamente de máquinas pesadas e bens de investimento, o que facilitou a expansão do investimento.

Apesar de que Yan (2001) afirme que depois da crise financeira mundial de 1997 o governo chinês tenha percebido a importância de aumentar o mercado interno da China para promover um alto crescimento sustentável, os três pilares da economia chinesa parecem não conseguir sustentar a alta taxa de crescimento do PIB. Assim alguns autores apontam problemas de caráter cíclico e estrutural para explicarem a fase econômica chinesa do ‘novo normal’, modo como líderes e economistas chineses descrevem o esfriamento da economia, com crescimento do PIB caindo para 7% de uma média anterior superior a 9% (Gráfico 3) (WANG, 2016).

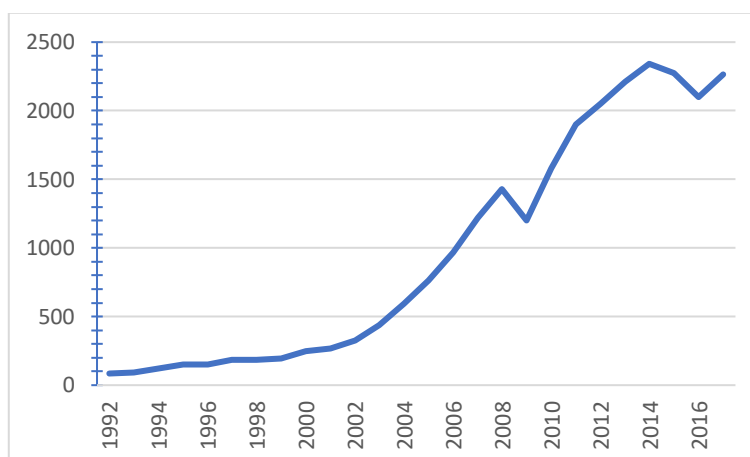
Gráfico 3 - Crescimento anual do PIB (2002-2017)



Fonte: Banco Mundial, 2019.

Do ponto de vista de ser um fenômeno cíclico, Lin e Zhang (2015) argumentam que o arrefecimento do crescimento econômico dá-se pelo enfraquecimento da demanda externa devido a lenta recuperação das economias avançadas pós crise de 2008, o que afetou o crescimento das exportações, e por conta da conclusão de projetos sustentados pelo estímulo fiscal pós-crise. Segundo Huang (2016), as exportações chinesas chegavam a ter taxas de crescimento médio em torno de 25%, mas em 2015 o que observou foi um crescimento negativo, podendo entender a situação como refém de uma economia global mais fraca.

Gráfico 4 - Exportações chinesas em milhões de dólares (1992-2017)



Fonte: Banco Mundial, 2019.

Já do ponto de vista estrutural, existem indícios do lado da demanda e do lado da oferta, mas que ainda são pouco compreendidos. No caso da demanda, essa fase econômica acontece

porque a produtividade total dos fatores⁴ (TFP) está desacelerando – em outras palavras, flutuações na demanda compõem um dos fatores do TFP que irão explicar o desenvolvimento econômico de forma eficiente. Do lado da oferta, por sua vez, isso acontece, pois, a renda familiar compõe uma pequena parte do PIB – relacionado ao consumo interno mencionado anteriormente –, o que demanda que a China mantenha um alto investimento em transportes, infraestrutura e habitação, mas o crescimento acelerado nessas áreas estaria chegando ao fim. Também argumenta-se que a parcela de manufatura do PIB já atingiu seu pico (PERKINGS *apud* HUANG, 2016).

Alguns outros autores tanto reforçam a ideia de que o mercado internacional não está conseguindo absorver a superprodução chinesa, deixando-a com um excesso de capacidade industrial, como também argumentam que outros dois problemas seriam o grande montante em reservas em moeda estrangeira, parcialmente gerado pelo pacote de estímulo de grande escala de até 4 trilhões de yuan, e o aprofundamento do desequilíbrio da economia (WANG *apud* WANG, 2016). No caso do excesso de capacidade, o problema encontra-se tanto nas indústrias de trabalho intensivo tradicionais, como metal e cimento, como também nas indústrias emergentes de valor agregado, que incluem os novos setores energéticos. O excesso de capacidade manteve as taxas de crescimento baixas, o que fez indispensável e urgente a busca por mercados internacionais alternativos (WANG, 2016).

A acumulação do montante em reservas estrangeiras, por sua vez, pode indicar a deterioração do desequilíbrio externo (WANG, 2016). No caso chinês, maior parte de suas reservas internacionais acumuladas foram investidas em títulos do tesouro americano (JAGUARIBE, 2018), de modo a manter uma taxa de câmbio baixa, aumentando a competitividade em exportação, lucro e investimento, e limitando o consumo e importação (LIU; DUNFORD, 2016). Entretanto, além de não estar desenvolvendo suficientemente o consumo interno do país, observa-se que as reservas acumuladas em títulos do tesouro americano não possuem um alto retorno para o país (JAGUARIBE, 2018). Segundo Gao e Wang (2018), reservas estrangeiras na forma de títulos do tesouro americano garantem um retorno estável, porém insuficiente, enquanto que IEDs proporcionam elevados retornos. Os autores estimam que as reservas estrangeiras (ativos) da China tiveram apenas 3% de retorno nos últimos anos e que a tendência é que vá diminuindo, e os IEDs (para a China) (passivos),

⁴ Produtividade total dos fatores refere-se à influência da porção de fatores não tradicionalmente considerados no cálculo do desenvolvimento econômico, alguns destes fatores são: inovação técnica, mudança organizacional ou institucional, alterações nos comportamentos sociais, **flutuações na demanda**, variáveis omitidas, ou erros de cálculo. Estes fatores não são calculados de forma direta, ou seja, não é possível identificá-los com precisão, por isso são englobados em um fator único TFP (HULTEN, 2000).

em contrapartida, proporcionaram pelo menos 7% de retorno, além de que IEDs dos Estados Unidos podem chegar a render até 15%. Isto significa que a China possui ativos com baixos retornos e passivos que geram alto retornos, resultando num rendimento líquido quase inexistente das grandes reservas que a China possui.

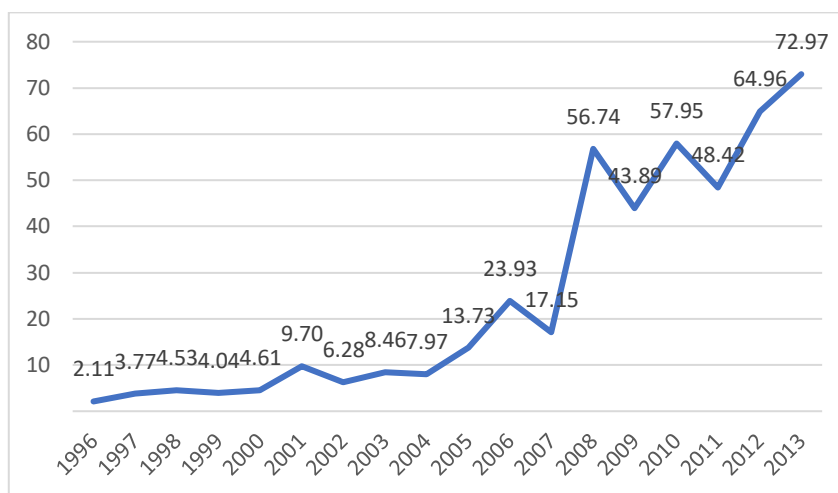
Desse modo, entende-se que o modelo de desenvolvimento chinês baseado na manufatura de bens de trabalho intensivo e no investimento em massa em bens fixos tenha completado sua trajetória (HUANG, 2016), e que a China vem buscando aplicar seu capital de forma a obter maiores rendimentos, deixando de lado os baixos retornos dos títulos do tesouro americano, e almejando um papel mais ativo internacionalmente por meio de investimentos globais (GAO; WANG, 2018). É dentro dessa perspectiva econômica inicial que se encaixa o desenvolvimento da Nova Rota da Seda.

Os países que fazem parte do OBOR são majoritariamente economias de baixa renda, o que lhes dá um potencial de rápido crescimento se forem desenvolvidas as condições apropriadas, além de oferecerem à China destinos para seus investimentos e exportações (HU, 2017). Tian *et al.* (*apud* HU, 2017) afirmam que a região englobada pelo OBOR tem o potencial de se tornar um novo pilar da economia global, criando novos mercados para exportações e IEDs chineses. Levando em consideração as dimensões em termos de PIB e população mencionadas anteriormente, a iniciativa irá ajudar a China a reconfigurar seu setor externo de modo a manter um crescimento forte, e transformar regiões subdesenvolvidas num novo pilar para sua economia (HU, 2017). Tendo em vista que é uma região que carece de desenvolvimento industrial e possui atrasos com relação a infraestruturas, o incentivo por meio de grandes investimentos pode fazer com que a região apresente altas taxas de desenvolvimento econômico.

A rápida e intensa expansão da China para novos mercados de exportação e de investimentos diretos é algo que vem sendo observado desde 1999 (Gráfico 5) devido à política *Going Out* promovida pelo governo chinês, facilitando com que esses investimentos fossem feitos. O objetivo da política era expandir os investimentos chineses no exterior e impulsionar a internacionalização de suas empresas. Deve-se levar em consideração que a rápida acumulação de reservas oficiais de câmbio estrangeiro e o aumento nas pressões sob empresas chinesas para proteger seu suprimento de recursos e para expandir o acesso a mercado também trazem contribuições para justificar economicamente e comercialmente o aumento de IEDs chineses (ZHAI, 2018), entretanto vale ressaltar que os IEDs são identificados como formas rentáveis de aplicação no exterior, o que se configura como mais uma justificativa para esse aumento (YANG *apud* COHEN, 2014). Espera-se que o OBOR, neste caso, dê lugar a um novo

período de crescimento de IEDs nas próximas décadas, sendo possivelmente a política econômica internacional de maior importância para a China (ZHAI, 2018).

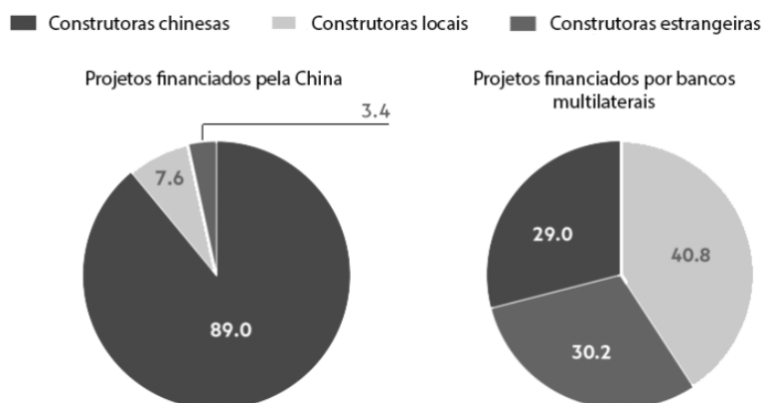
Gráfico 5 – Investimentos Estrangeiros Diretos da China no Exterior (1996-2013)



Fonte: Banco Mundial, 2019.

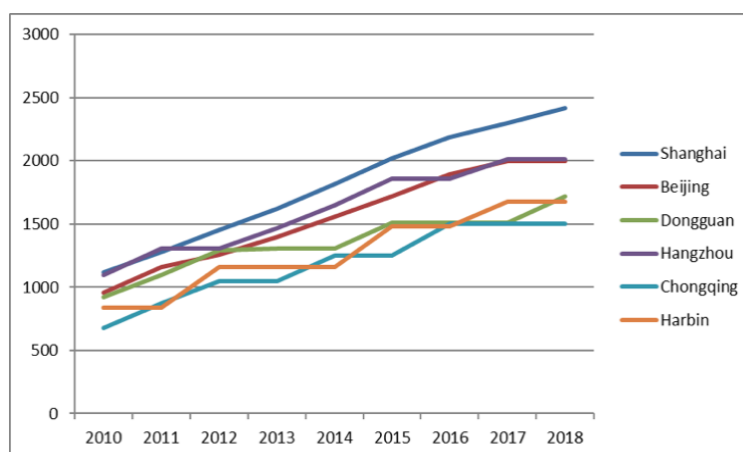
Com a exploração de novos mercados, a China usufrui de dois benefícios além do aumento das exportações e barateamento dos custos, ela dá oportunidades para empreiteiras chinesas, muitas das quais estatais, executarem grandes projetos de alto retorno (Gráfico 6), e aloca trabalhadores chineses em cargos de baixa instrução e em cargos mais altos de administração e gestão, como visto na atuação de empresas chinesas de construção na África (CHEN *apud* MUTTARAK, 2017). Além disto, pode-se argumentar que também expandirá a rede de empresas chinesas globalmente, o que contribuirá para a consolidação dos padrões industriais e tecnológicos e marcas chinesas internacionalmente (JAGUARIBE, 2018). Com isto, consegue aliviar a pressão de um mercado de trabalho doméstico que vem observando aumento da renda média por trabalhador (Gráfico 7), mas dá pouca oportunidade para trabalhadores locais onde o OBOR está sendo executado.

Gráfico 6 - Distribuição dos projetos na Eurásia (%)



Fonte: Financial Times, 2018.

Gráfico 7 - Salários mínimos em cidades selecionadas por ano em yuan (2010-2018)



Fonte: China Labour Bulletin, 2019.

Na visão de Lin e Zhang (2015), em contrapartida, o crescimento econômico sustentável da economia chinesa deveria seguir o caminho proposto pelos modelos de crescimento econômico. Sob a ótica neoclássica e endógena, os autores acreditam que a China ainda é capaz de obter vantagens do atraso, devido a diferença ainda existente entre a Paridade do Poder de Compra (PPC) e o PIB per capita da China e outras economias desenvolvidas tais como Estados Unidos, Taiwan e Coréia do Sul. Ainda segundo os autores supracitados, o PIB per capita representa em partes a produtividade média do trabalho, o que reflete no grau médio de tecnologia de um país. Assim, esta condição da economia chinesa daria margem para investimentos em capital humano e capital social, por meio de um contínuo aprimoramento estrutural, por exemplo retorno em educação e investimentos em tecnologias da comunicação e informação, resultando no descobrimento de novas áreas de investimento.

Em teoria, o crescimento do PIB depende de um modelo de fatores diversos que se dividem em quatro seções: contribuições do capital, trabalho, progresso tecnológico líquido, e mudança estrutural (LIN, ZHANG, 2015). É possível associar os três primeiros ao que foi discorrido anteriormente, sobrando a mudança estrutural. Segundo Lin e Zhang (2015), a mudança estrutural deveria dar-se por meio do desenvolvimento do setor privado e privatização de estatais, de modo a fomentar a competitividade; maior proteção dos direitos de propriedade intelectual e outros recursos legais para incentivar Pesquisa & Desenvolvimento e inovação no setor de manufaturas; tratados de investimento bilateral e zonas de livre comércio para fomentar uma maior abertura de sua economia; e a desregulamentação e introdução de maior competitividade para aumentar a produtividade no setor de serviços.

1.4 A Nova Rota da Seda como ferramenta de dependência regional

O que se observa, entretanto, é que o OBOR corresponde a um modelo alternativo da China sustentar seu crescimento econômico. Para isso, contará com a exploração de novas formas de cooperação econômica internacional com novos parceiros, exportando o capital que acumulou durante os anos de forte crescimento econômico, além de que suas indústrias manufatureiras de trabalho intensivo precisam migrar para locais de menor custo de mão de obra e de matéria prima (HUANG, 2016), e leis ambientais mais flexíveis, de modo a manter a competitividade. Além de matéria prima mais barata, entende-se também que o OBOR trará novas fontes de recursos naturais, tendo em vista que alguns dos recursos do território chinês vêm se esgotando. Um dos casos a ser observado que possui implicações econômicas e geopolíticas é a região da Ásia Central, rica em recursos energéticos e contemplada no Corredor Econômico China-Ásia Central (RAKHIMOV, 2018).

O argumento desta seção baseia-se na possibilidade da China, por meio do OBOR, estar usufruindo das vantagens do atraso de uma região pouco desenvolvida em aspectos de infraestrutura e tecnologia (MISHRA, 2016), para além de promover a participação de empresas de construção civil em megaprojetos, garantindo um retorno e lucrando com empréstimos que vem sendo dados para financiá-los por meio das principais instituições financeiras sinocêntricas, discorridas posteriormente. Com o desenvolvimento destas regiões, pretende assegurar um mercado com maior poder aquisitivo para consumir bens de sua indústria que vem se modernizando.

Esta é uma discussão que, por sua vez, encaixa-se na visão de Imperialismo Moderno visto em Dobb (1978), modelo de exploração que se repete por meio do comércio. A China estaria fazendo investimentos em forma de empréstimos de dinheiro em grande escala e fazendo uso da exploração de formas mais primitivas de produção. Complementar a isto, o que se observa é um tipo de investimento privilegiado, ou seja, projetos que apresentem algum tipo de vantagem diferencial, preferência ou monopólio na forma de concessão de direito ou de algumas garantias jurídicas privilegiadas – projetos encabeçados por empreiteiras chinesas. Dobb argumenta que este tipo de direitos monopolistas e práticas restritivas são elementos essenciais dos investimentos tidos como “coloniais” para a extração de lucros de zonas muito extensas, como no caso da Eurásia.

Este processo de investimento em regiões menos desenvolvidas pode ser entendido como um processo de transferência de capital para áreas onde é fácil obter privilégios semi-monopolistas, onde se tem mão de obra mais abundante e mais barata, e onde a “composição orgânica do capital” é mais baixa. Assim, observa-se uma dupla razão para a importância deste processo, visto que a exportação do capital é uma maneira de voltar a criar o exército industrial de reserva na metrópole: uma taxa de lucro mais alta que se alcança no exterior e uma “taxa de mais valia” mais elevada que pode impor na metrópole (DOBB, 1978).

Dentro do que Dobb (1978) põe como essenciais para a ampliação do campo de investimentos imperialista dois fatores que aparentemente estão sendo resolvidos pela China por meio do OBOR. É necessária uma revolução parcial dos meios de transportes, englobado nos projetos rodoviários, ferroviários e marítimos, de maneira geral, proposta principal do OBOR, a conectividade em infraestrutura. Adicional a isto, está o controle dos recursos naturais, em que argumenta-se aqui que é tanto por parte dos recursos dentro do território chinês quanto pelos recursos que irão ser garantidos por alguns países do OBOR, e em alguns casos, a unificação política e econômica de um país, visto no desenvolvimento econômico esperado nas regiões mais instáveis de Xinjiang e Tibete, como também além de suas fronteiras, como esperado na Ásia Central, garantindo o acesso a hidrocarbonetos e que será melhor discutido no capítulo seguinte sob o argumento geopolítico.

1.4.1 As três áreas prioritárias do OBOR

1.4.1.1 Conectividade em infraestrutura

Existem três áreas prioritárias para a implementação do OBOR: conectividade em infraestrutura, cooperação financeira, e cooperação em manufatura. Tendo em vista que maior parte dos países que compõem o OBOR possuem baixos níveis de desenvolvimento em infraestrutura, esse constitui-se como um dos fatores que deverá ser resolvido pela iniciativa para que se estabeleça a integração e desenvolvimento econômicos regionais. Assim, sob a perspectiva de conectividade em infraestrutura, os projetos incluídos no OBOR vão desde redes de ferrovias e rodovias, portos, gasodutos, aeroportos, até infraestruturas de energia e comunicação (ZHAI, 2018).

1.4.1.2 Cooperação financeira

Para bancar projetos do tipo são necessários grandes financiamentos e comprometimento a longo prazo, além de que existem riscos políticos e sensibilidades diplomáticas. Desse modo, no estágio inicial da iniciativa, investidores oficiais, tais como o Fundo para a Rota da Seda, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD), irão liderar os investimentos, isso porque sob a ótica comercial, estas instituições oficiais são mais pacientes e tolerantes à riscos do que investidores privados (ZHAI, 2018).

O AIIB e o Fundo para a Rota da Seda foram instituídos pela parte chinesa que garantiu U\$40bi para este e U\$100bi para aquele, com o objetivo de apoiar financeiramente e de investimento em diversos setores, como infraestrutura, indústria, finanças, comunicação em transportes, sob a estrutura da iniciativa OBOR (RAKHIMOV, 2018), de modo a diminuir as lacunas em infraestruturas existentes na Ásia (MISHRA, 2016). Esse grande volume de capital foi possível devido aos excedentes financeiros e de comércio obtidos durante os anos de rápido crescimento econômico (PRABHAKAR, 2018).

Além da instituição do AIIB e do Fundo para a Rota da Seda, o que se observa é que a China busca expandir o swap⁵ bilateral e a liquidação em sua moeda. Assim, promove o

⁵ “Swap (do inglês, “troca”) é um derivativo financeiro que promove simultaneamente a troca de taxas ou rentabilidade de ativos financeiros entre agentes econômicos. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018)”. Na situação mencionada, a expansão do swap e da liquidez refere-se ao uso do renminbi nestes tipos de transações.

desenvolvimento regional de mercados de obrigação, incentiva a emissão de títulos em renminbi, e constitui um sistema estável para sua moeda sob o OBOR. O benefício deste tipo de ação de aumento da presença financeira da China nos países englobados pelo OBOR é que ele dá suporte à expansão de empresas chinesas globalmente, fortalecendo a relação entre a cooperação financeira e a cooperação em manufatura promovidas pelo OBOR. Com o sucesso da implementação iniciativa chinesa, o que pode ser resultante disso é o fortalecimento do status do renminbi como uma moeda global (ZHAI, 2018).

Nos últimos anos a China se tornou um dos grandes atores nas relações monetárias internacionais tanto pelos esforços citados anteriormente, seu poder de voto após as reformas do FMI, o qual agora possui a terceira maior quota, e pelo grande volume de reservas internacionais estimadas em U\$4 trilhões (HELLEINER; KIRSHNER *apud* MARTINS, 2018). A instituição do AIIB, Fundo para a Rota da Seda e reformulação do NBD, além de serem fundamentais para o financiamento do OBOR, também refletem na preocupação chinesa com sua moeda não representar a importância da China na economia mundial, e com a crise de 2008, que apontou as fragilidades de um país sem moeda conversível. A crise trouxe dúvidas sobre o papel do dólar como moeda-chave internacional, visto que há uma incerteza sobre o funcionamento da economia mundial dependente do dólar estadunidense caso o país emissor da principal moeda de transação internacional enfrente uma severa recessão (MARTINS, 2018).

Vale ressaltar que o AIIB engloba quase todas as maiores economias do mundo, exceto Japão e Estados Unidos. Isso porque desde 1945 que a arquitetura financeira e comercial internacional vem sido liderada pelos Estados Unidos, moldando as instituições de Bretton Woods, tendo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional como principais pilares do sistema financeiro internacional (FINANCIAL TIMES *apud* MISHRA, 2016). Além disso, no contexto regional asiático, era o Japão, grande aliado dos americanos, quem se mantinha como o líder na Ásia, liderando predominantemente o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) até a década de 90. A China em geral mantém um comportamento de colaboração e apoio às instituições multilaterais de Bretton Woods, mas além das preocupações vindas da crise, Pequim e outras economias emergentes enxergam as instituições atuais com receio de limitarem suas ambições globais (SHI *apud* MISHRA, 2016). O AIIB apresenta-se como um banco que irá corrigir os erros do FMI e Banco Mundial, de modo a dar mais voz e relevância às economias emergentes na arquitetura financeira internacional (MISHRA, 2016).

Ainda no contexto da crise do *subprime* de 2008, as preocupações foram generalizadas acerca dos efeitos da crise e como controlá-los e proteger o sistema monetário e financeiro internacional contra novas recessões. Assim, a China, que já vinha descontente desde 1990 com

a ordem monetária existente, ganhou espaço para se posicionar ativamente frente à instabilidade da ordem econômica internacional. Uma das principais ações tomadas pelo país foi, então, diminuir a vulnerabilidade e dependência em relação ao dólar, fazendo isso por meio da gradativa expansão do uso de sua própria moeda internacionalmente (MARTINS, 2018).

Segundo Martins (2018):

“O uso de uma moeda nas transações econômicas internacionais se relaciona diretamente com seu grau de conversibilidade. Esse conceito se associa à capacidade de uma moeda tem de ser convertida (trocada) diretamente no exterior por bens, serviços ou outras moedas”. (p. 237).

Principalmente depois da crise, a China adotou diversas políticas para facilitar o uso internacional de sua moeda, tais como o Programa-piloto de Liquidação do Comércio Transfronteiriço em renminbi; a Zona Piloto de Livre Comércio de Xangai; o Sistema de pagamento internacional chinês; os Acordos bilaterais de swaps cambiais; e a entrada do renminbi na cesta dos Direitos Especiais de Saque do FMI. As vantagens de se ter uma moeda conversível encontram-se no fato de que se diminui a vulnerabilidade às variações das taxas de câmbio; reduz os custos de transação e de aquisição de capital; facilitam a emissão de títulos de dívidas aceitos internacionais – podendo se tornar uma boa fonte de recursos –; e de que dá maior peso político a um país, como se observa no caso do renminbi entrar como moeda que compõe os Direitos Especiais de Saque (MARTINS, 2018). No entanto, para que tudo isso seja efetivo, é preciso ampliar o montante de renminbi em circulação e, neste sentido, o IED e o financiamento promovidos pela China são estratégicos.

1.4.1.3 Cooperação em manufatura

A China vem se mostrando cada vez mais como importante credora da economia mundial, permitindo que ela fortaleça seus laços financeiros com diferentes países através de sua capacidade de crédito e poder comparado a estes países (MARTINS, 2018). Sob o pretexto da área prioritária “cooperação em manufatura”, o grande investimento em projetos de infraestrutura do OBOR irá aumentar a demanda pelo setor de construção, materiais de construção, equipamento para transporte, energia e telecomunicações, promovendo a exportação dos bens chineses do setor da construção para os países receptores das infraestruturas (ZHAI, 2018).

Considerando a forte expertise chinesa e vantagens comparadas em algumas destas áreas, o que se pode interpretar disto é que será uma maneira de auxiliar a China a absorver sua

capacidade industrial excedente e suavizar a transição de sua economia para um novo modelo de desenvolvimento (ZHAI, 2018), além de que os megaprojetos dentro do OBOR contribuem para a promoção da moeda chinesa nas transações internacionais e aumenta a demanda pela aquisição dela, o que poderá refletir na dependência dos países englobados na iniciativa pelo capital e moeda chineses.

Tanto o OBOR quanto o AIIB podem ser enxergados como tentativas chinesas de promover sua influência econômica mundialmente, e têm o potencial de modificar a posição regional e internacional da China de três maneiras. A primeira delas sendo o AIIB que atua como um pivô para ambas: liderança econômica regional e para a iniciativa diplomática chinesa. Ao facilitar a conectividade entre a Ásia e Europa, ele permitirá que Pequim projete e expanda sua esfera de influência regional e global. Em segundo lugar, o AIIB funciona como o facilitador financeiro do OBOR, e a iniciativa eventualmente irá aumentar a poder econômico chinês. E por fim, Pequim visa modificar a ordem econômica regional, libertando as economias asiáticas do domínio ocidental, e tornando a Ásia menos dependente do dólar (MISHRA, 2016), apesar de que isso possa significar que os países asiáticos troquem a dependência do Ocidente pela dependência chinesa.

Deve-se destacar que a China é o terceiro país na história, depois da Inglaterra e dos Estados Unidos, com a capacidade de modificar e liderar um sistema global de finanças e de comércio, mas o que Tsui *et al.* (2017) argumentam é que, no que se pode estimar, ela não irá substituir o sistema do dólar, mas é possível que sustente um sistema de igual força. Sob a ideologia do “desenvolvimento pacífico”⁶, promovendo a cooperação e o não confronto, e minimizando conflitos, a China entende que desafiar a posição dos Estados Unidos não corrobora com suas ambições, portanto promove o AIIB e as outras instituições como complementares do Banco Mundial e Banco Asiático de Desenvolvido, em vez de competidores (TSUI *et al.*, 2017).

1.5 Conclusão

O alto crescimento da economia chinesa denominado modelo chinês deu-se a princípio por um conjunto de fatores elencados na primeira seção deste capítulo. Com a liberalização de

⁶ O desenvolvimento pacífico é um conceito criado pelo Comitê Central do PCCh junto ao então Secretário Geral Hu Jintao que defende o desenvolvimento da China pelos meios não tradicionais, condenando o expansionismo e o uso da força, e defendendo uma política de amizade, segurança e prosperidade com os vizinhos. Ver: DAI, Bingguo. Stick to the path of peaceful development. China Daily, 13 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.china.org.cn/opinion/2010-12/13/content_21529346.htm>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

sua economia e com o controle do Estado, conseguiu fazer proveito dos grandes influxos de capital em sua economia sem ceder para o setor privado ou abrindo mão por completo da intervenção estatal na economia. A China fez uso de uma indústria pesada e de trabalho intensivo nos estágios iniciais, principalmente voltada para o comércio exterior. É possível afirmar que as altas taxas de elevação do PIB encontradas nas primeiras duas décadas de reformas estarem relacionadas ao surgimento de um mercado interno mais independente da economia planificada e às condições estabelecidas que favoreceram a entrada de capital estrangeiro no país.

Dentro de uma estratégia de desenvolvimento nacional, a China aliou estes investimentos estrangeiros ao refinamento de sua indústria e da tecnologia do país, concedendo acesso de empresas estrangeiras apenas sob a condição de formação de *joint-ventures*. Com isto, obteve *know-how* tecnológico necessário para aprimorar o setor de manufatura antes considerado de pouca qualidade.

Entretanto, com a crise de 1997 e com a chegada do novo milênio, alguns obstáculos apareceram na trajetória de uma economia que crescia muito acima das taxas mundiais. O sucesso chinês criou seus próprios desafios. A crise asiática de 97 mostrou para a China que um de seus três pilares econômicos fundamentais precisava ser desenvolvido, que era o consumo interno. Os anos 2000, embora importantes para a expansão das empresas chinesas mundialmente, também mostraram à China que sua indústria de alta intensidade já não era mais sustentável e, com a crise do *subprime* em 2008, observou-se que a economia mundial não se recuperava como o esperado, gerando consequências para o setor de exportações chinês. Estes problemas de caráter cíclico se complementam com outros de caráter estrutural que são demonstrados a partir da diminuição do TFP e da pequena parcela da renda familiar chinesa no PIB do país, o que pode gerar consequências para o consumo interno. Além destes, também foi possível observar consequências de reservas em moeda estrangeira aplicadas de maneira pouco rentável, havendo uma saída de capital maior do que a entrada de capital no país.

Tendo em vista os problemas apresentados, a Nova Rota da Seda aparece como uma estratégia chinesa de assegurar seus grandes volumes de exportação ao desenvolver mercados pouco explorados e infraestruturas nestes países facilitando o trânsito de mercadorias e barateando o custo. Sob o lado positivo da iniciativa abordado por autoridades chinesas para os países que o integram, estão surgindo novas indústrias que geram empregos, melhoram a infraestrutura dos locais onde as rotas estão e vão passar, e são fluxos de IEDs que entram nestes países contribuindo para suas economias. Entretanto, o argumento deste capítulo centra-se no combate às dificuldades apresentadas na economia chinesa e na capacidade da China de

estabelecer um sistema de dependência por seu capital, moeda e produtos, formando um novo pilar econômico que garanta o crescimento sustentável de sua economia. Além de que se observou baixa disposição de oportunidades de trabalho para as populações locais quando se considera a quantidade de chineses empregados.

A dependência vem na forma de grandes empréstimos por instituições financeiras lideradas pela China, e pela participação de forma majoritária de empresas de construção civil chinesas nos projetos de infraestrutura. Este tipo de relação contradiz a afirmativa chinesa de cooperação. Entre as consequências positivas para a China desta dependência podem-se entender maior independência das instituições financeiras ocidentais e do dólar, maior presença do yuan internacionalmente, integração e influência regional, e a garantia de mercados.

Assim, explicitamente, as justificativas de base econômica para a China propor a iniciativa OBOR são fundamentadas pelo esfriamento da economia chinesa – que demanda que o país busque novos meios de manter um elevado padrão de crescimento do PIB –, e pela oportunidade de influência regional. Para isso, por meio do OBOR, explorará as deficiências de uma região subdesenvolvida, ampliando seu mercado consumidor e barateando os custos de transporte; fará uso de mão de obra mais barata enquanto que mantém cargos mais elevados para chineses; aplicará parte de suas reservas de capital em IEDs com o intuito de receber retornos maiores do que os títulos do tesouro americano; criará uma dependência por produtos e serviços chineses; e com a promoção de instituições financeiras próprias, expandirá e fortalecerá a dependência internacional pelo capital chinês, disseminando e fortalecendo sua moeda.

2. MOTIVAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA A NOVA ROTA DA SEDA

A dimensão do OBOR, entretanto, traz questões no que diz respeito a visão da China para além do aspecto econômico da iniciativa. Para entender isso, Leverett e Bingbing (2016) falam sobre a Grande Estratégia chinesa, sendo o termo grande estratégia definido como um modelo dado de ordens políticas que reúne todos os elementos de poder nacional a fim de alcançar seus objetivos de longo prazo. Ainda segundo os autores, diplomacia, poder militar e poder econômico são essenciais para a grande estratégia, e as grandes estratégias de Estados fortes normalmente buscam melhorar suas posições relativas ao aumentar suas habilidades de moldar os resultados estratégicos, maximizar sua influência, e reforçar suas previsões econômicas de longo prazo.

Para a China, o tamanho de sua população e sua localização favorável tanto para o engajamento continental quanto marítimo certamente influenciam sua grande estratégia, assim como seu status de “nação civilizada”, vista por si mesma como uma entidade política muito antes de se tornar um Estado-nação (LEVERETT; BINGBING, 2016). O que é importante ressaltar dentro da Grande Estratégia chinesa é a orientação “contra-hegemônica” dentro da política externa da China, e a agenda contra-hegemônica requer que a China seja um Estado desenvolvimentista. O desenvolvimento é essencial para a estratégia e indispensável para o crescente “poder nacional integral⁷” da China e para a premissa recorrente de status de grande potência (LEVERETT; BINGBING, 2016).

De acordo com algumas versões da corrente do realismo neoclássico, a agenda estratégica de um Estado em ascensão se torna mais ambiciosa ou “assertiva” conforme seu poder auto percebido cresce. Entretanto, o caso chinês é de que para um Estado contra hegemônico que busca desconcentrar a autoridade dentro de uma ordem internacional existente, a agenda estratégica torna-se mais ambiciosa conforme as potências existentes fazem de tudo para impedir haja uma mudança no status quo (LEVERETT; BINGBING, 2016).

O OBOR é um estímulo chinês à multipolaridade e representa a adaptação da Grande Estratégia chinesa para moldar de forma mais ativa o cenário internacional, de modo a enfrentar seus desafios econômicos, ambientais e estratégicos. E para além desses desafios, também existe a percepção de que a China alia sua grande estratégia à Nova Rota da Seda de modo a

⁷ “Poder nacional integral” é a ideia que o poder de um Estado é composto de diferentes elementos, estes que são classificados entre *hard* e *soft power*. Capacidade militar é um dos elementos que comporia o *hard power*, enquanto que poder econômico, político e cultural se caracterizam como *soft power*. É importante ressaltar que o poder nacional integral é o produto dos *hard* e *soft power*, o que significa que caso um deles seja zero, o valor total do poder integral também será zero (YAN, 2006).

lidar com a estratégia dos Estados Unidos de reequilíbrio na Ásia (LEVERETT; BINGBING, 2016) e enfrentar a Parceria Transpacífico (TPP) (WANG, 2016).

Além de ter que lidar com os impasses norte-americanos, existem outros fatores regionais que são levados em consideração para entender o viés geopolítico da proposta do OBOR. Desde o conflito na fronteira com a Índia em 1962 a relação entre os dois países não melhorou completamente, soma-se a isso ao potencial de crescimento indiano que torna o país um possível competidor na região, e a importância do Oceano Índico para o transporte de petróleo chinês, 70% do total (HU, 2017). A rota terrestre desse modo facilita para a China o acesso ao Oceano Índico através de seus trechos que atravessam Mianmar e Paquistão, enquanto que a rota marítima pode incrementar as relações com parceiros potenciais, de modo a reforçar sua presença no comércio regional do Oceano Índico (HU, 2017).

Olhando para as rotas que passam pela região da Ásia Central, existem um potencial geopolítico se levar em consideração o conceito de Heartland de Mackinder, além de que conectam o Oriente Médio, Leste e Sul Asiático, Rússia e região do Cáucaso (DU; MA, 2015). Ademais, a vontade chinesa de transformar a região de Xinjiang em um hub econômico reflete na percepção de que desenvolvendo a região será possível trazer estabilidade. Por fim, o envolvimento da Rússia no OBOR é uma grande oportunidade para a China estabelecer uma aliança estratégica tanto no que diz respeito à segurança energética quanto no que diz respeito do surgimento de um mundo mais multilateralizado.

Desse modo, este capítulo discorre sobre os motores geopolíticos que estão por trás do OBOR, dividindo-se em quatro seções. A seção 2.1 aborda a atuação dos Estados Unidos na Ásia, discorrendo sobre os projetos da “Nova Rota da Seda” estadunidense e o TPP. Na seção seguinte, se discute os impasses entre Índia e China e as perspectivas de cada país com o OBOR tendo em vista o Oceano Índico. Em seguida, a região da Ásia Central será analisada, tratando de entender sua importância para a China e discutindo um conceito tradicional da geopolítica: Heartland. E, por fim, a aliança com a Rússia termina o capítulo entendendo a estratégia da China e Rússia no surgimento de uma nova configuração internacional.

2.1 Estados Unidos

O comportamento dos Estados Unidos na Eurásia é algo que exerce influência sobre alguma das ações chinesas na região. E as relações sino-estadunidenses vêm apresentando pioras desde 2010, devido a uma série de acontecimentos. De acordo com Wang (2016), foram eles a venda de armas pelos Estados Unidos à Taiwan⁸, a visita de Obama a Dalai Lama⁹, e a pressão estadunidense no Mar do Sul da China. Somado a estes, também houve a deterioração das relações entre China e Coreia do Sul devido aos atritos na península coreana entre Coreia do Norte, aliada chinesa, e do Sul, aliada estadunidense, e o atrito com o Japão por conta de navios pesqueiros nas águas das ilhas Daoyu, disputadas entre China e Japão, também aliado dos Estados Unidos.

Mas a partir de 2009, com Barack Obama presidente dos Estados Unidos, o país já adotava uma nova estratégia de pivô asiático, posteriormente chamada de estratégia de reequilíbrio. A estratégia estadunidense era vista como uma maneira dos Estados Unidos conter o crescimento econômico e militar chinês, e conter a crescente influência. Para isso, fez uso do meio militar – com a realocação de 60% da sua força naval na região da Ásia-Pacífico até 2020, buscando cercar a China no Mar da China Oriental, Estreito de Taiwan, Mar do Sul da China, Estreito de Malacca e Oceano Índico – e através do meio econômico, com as negociações do TPP (WANG, 2016; ZHOU; ESTEBAN, 2018).

É interessante observar que antes da proposta chinesa para uma “nova Rota da Seda”, os Estados Unidos já haviam dado o primeiro passo em direção à região central da Eurásia. Isso se deu em 2011, quando a então Secretária de Estado Hillary Clinton anunciou os planos norte-americanos para uma “nova Rota da Seda”. A proposta, discutida num workshop durante a Assembleia Geral das Nações Unidas por representantes de 30 países e encabeçada por Clinton junto aos ministros de relações exteriores afegão e alemão, visava conectar a Ásia Central ao Sul asiático, excluindo Rússia, Irã e China. O papel dos Estados Unidos no processo seria de trazer investimentos privados para a construção de ferrovias, rodovias, infraestrutura energética e oleodutos (WANG, 2014; PRABHAKAR, 2018).

⁸ Pequim não reconhece o governo independente de Taiwan e enxerga a ilha como uma província dentro da política de uma China (One China Policy). Ver *Shanghai Communiqué*, 1972. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communiqué01.htm>. Acesso em: 27 de set. de 2018. E *The One-China Principle and the Taiwan Issue*. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/7956.htm>>. Acesso em: 28 de set. de 2018.

⁹ O ressentimento chinês com Dalai Lama é devido a visão de que se tem dele como um líder separatista do Tibete. Disponível em: http://www.gov.cn/english/official/2009-03/02/content_1248355_5.htm. Acesso em: 27 de set. de 2018.

Entretanto, como observado por Prabhakar (2018), existem problemas com a proposta estadunidense. Primeiro, a região entre Afeganistão e Paquistão não é estável o suficiente para seja possível abrir rotas de transporte e energia até a Índia e Ásia Central. Depois que os Estados Unidos retiraram suas tropas do Afeganistão, o que se observou foram um aumento de ataques terroristas e de instabilidade. E o Paquistão não está disposto a dar acesso para que os bens indianos cheguem à Ásia Central.

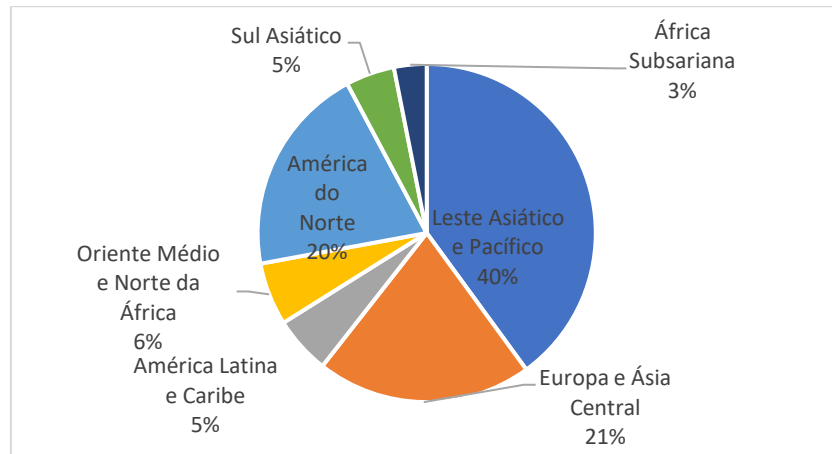
Ao observar o discurso feito por Obama em 2015 (WANG, 2016), em que se dizia que os Estados Unidos não poderia deixar China e Rússia ditarem as regras para a região da Ásia-Pacífico, fica claro que ao excluir ambos países da “nova Rota da Seda” estadunidense era uma maneira de os Estados Unidos conter as influências chinesas e russas na região.

No caso do TPP, a situação não foi diferente. A Parceria Transpacífico teve suas negociações concluídas em 4 de outubro de 2015, sendo membros 12 países da região – Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Estados Unidos e Vietnã. A parceria configura-se como uma Zona de Livre Comércio, de modo que elimina ou reduz barreiras tarifárias e não tarifárias cobrindo substancialmente todos os bens e serviços, e todo o setor de comércio¹⁰. Ao abandonar o multilateralismo da Organização Mundial do Comércio para promover Acordos de Livre Comércio, como o TPP, o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), e o Acordo sobre Comércio de Serviços (TiSA), o objetivo dos Estados Unidos é ter uma voz maior sobre as regras de comércio, a fim de controlar a crescente influência de economias emergentes, como é o caso da China (WANG, 2016), além do propósito de fortalecer a presença estadunidense no eixo Ásia-Pacífico (SEIXAS, 2017).

Segundo Seixas (2017), os Estados Unidos enxergam o mundo em dois blocos globais, o europeu e o asiático, estando os EUA no centro. Esses dois blocos seriam traduzidos no TPP e TTIP. Já para os chineses, com o OBOR, os blocos europeu e asiático são um só, estando a China no centro. Isto traduz a visão própria de cada país sobre sua relevância a nível global e o modo como exercem suas estratégias.

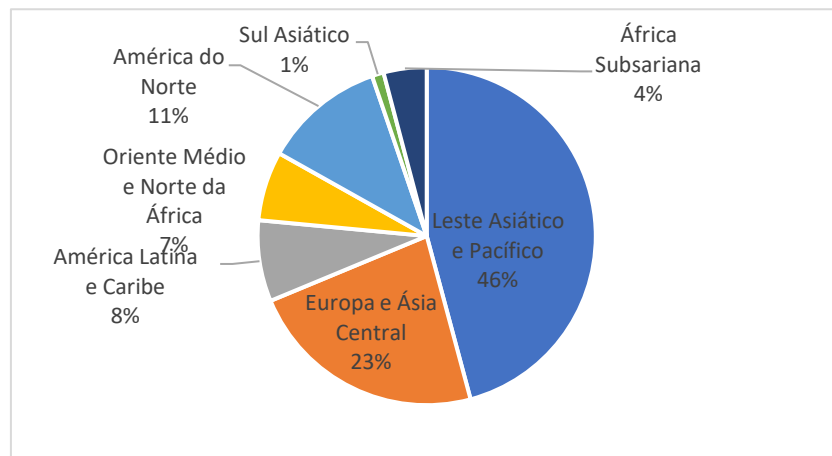
¹⁰ Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2015/october/summary-trans-pacific-partnership>. Acesso em: 27 de set. de 2018

Gráfico 8 – Exportações da China por região em porcentagem (2016)



Fonte: Banco Mundial.

Gráfico 9 – Importações da China por região em porcentagem (2016)



Fonte: Banco Mundial.

Ademais, os gráficos acima apresentam a interdependência entre o mercado chinês e os mercados da Ásia, Pacífico, Europa e América do Norte, portanto, a reformulação do regime de comércio global pelos EUA, através do TPP e TTIP, é direcionada a limitar o acesso chinês a esses mercados, sufocar seu crescimento econômico, fragilizar as capacidades chinesas de expandir sua influência regional e global nesses mercados, e restringir seu crescimento contínuo (ZHOU; ESTEBAN, 2018).

De fato, as novas regras sobre o status de empresas estatais – durante venda e compra de bens e serviços, as empresas devem agir de maneira comercial –, neutralidade na competição, e tarifas de proteção ambiental são três pontos que atingem a China diretamente. Isso porque as empresas estatais ainda exercem um papel fundamental na economia chinesa e porque as tarifas de proteção ambiental na presente situação chinesa são difíceis de ser alcançadas (WANG, 2016; JIA; BIN, 2016).

A estratégia de reequilíbrio dos Estados Unidos por meio do TPP aumentou a urgência dos tomadores de decisão chineses para achar maneiras de contornar tamanha pressão estratégica. Assim, as preocupações com os impactos do TPP e dos outros Acordos de Livre Comércio mega-regionais são parte dos motivos que estão por trás do OBOR, tendo em vista que Xi e colegas acreditam que ao criar relações estreitas com seus vizinhos, a China estará numa posição forte para lidar com a pressão dos EUA e aliados, como é o caso do Japão (WANG, 2016).

Zhou e Esteban (2018) afirmam que outros três fatores estão fortemente intrínsecos na proposta do OBOR. Para os autores, o OBOR é uma ferramenta chinesa de *soft balancing* para sabotar o poder americano, e faz isso por meio da formação de uma interdependência assimétrica, aumentando a garantia estratégica sobre seus parceiros na Eurásia, e dissuadindo quaisquer formas de coalisões anti-China. Além disso, de modo a incrementar sua legitimidade como uma potência emergente, a China busca promover tanto seu *soft power* quanto desenvolver seu papel como um poder normativo, como também tem intenções de reformular a governança global e modificar o sistema internacional atual de modo que reflita seus interesses, valores e status.

Segundo Pape (2005), o confronto direto à predominância americana é muito custoso para qualquer Estado que aja individualmente e muito arriscado para diversos Estados agirem em conjunto. Tendo em vista que os recursos militares chineses são limitados, não é racional para a China confrontar a hegemonia dos EUA por meio do *hard power* (ZHOU; ESTEBAN, 2018). Assim, as principais potências tendem utilizar ferramentas não-militares para conter, frustrar e enfraquecer as políticas militares unilaterais dos EUA, sejam elas instituições internacionais, medidas econômicas ou acordos diplomáticos (PAPE, 2005).

O caso chinês é de que o país está disposto a fazer uso de uma estratégia de *soft balancing* através de diversos meios, indo desde cultura e diplomacia pública, até os eixos econômicos e diplomáticos tais como a assistência, investimento e participação, ou a formação de instituições e organizações multilaterais regionais. No meio institucional, se tem em vista que regimes multilaterais regionais têm a habilidade de superar problemas de ação coletiva e facilitar a cooperação em busca de interesses e objetivos em comum, o que é um incentivo às potências secundárias a iniciar, utilizar ou dominar essas instituições, e cooperar para conter a coerção e ameaça de uma potência mais forte (ZHOU; ESTEBAN, 2018).

Poder normativo, por sua vez, é a “potencial influência que um Estado tem sobre atividade e comportamento de outros Estados por meio do poder das normas, enfatizando o

‘domínio e abrangência’ do comportamento legítimo”¹¹ (JACKSON *apud* ZHOU; ESTEBAN, 2018, p. 10). Zhou e Esteban (2018) enxergam que num momento em que a mudança de poder desencadeia transformações normativas no sistema internacional, a China, enquanto uma potência emergente, tem todos os motivos para promover sua identidade e legitimidade política e exercer seu papel de poder normativo por meio da promoção de ideias, regras e normas alternativas para o cenário internacional. E, fazendo isso dentro do OBOR junto aos seus aliados da Eurásia, Pequim poderá desenvolver seu *soft power* e poder normativo, e aumentar sua legitimidade como potência emergente na sociedade internacional.

Além dos fatores já citados, Richard Baldwin (*apud* ZHOU; ESTEBAN, 2018) afirma que um país ou uma região que foi deixada de fora de algum acordo preferencial tende fortemente a juntar-se a um bloco similar ou até mesmo formar um novo bloco que contrabalanceie os efeitos negativos de ter sido excluído, podendo concluir que o OBOR é uma resposta aos EUA terem excluído a China em seus novos blocos econômicos.

Entretanto, com a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, o cenário asiático passa a mudar. Três dias após tomar posse, em 23 de janeiro de 2017, o presidente dos Estados Unidos decidiu retirar o país do TPP (CASA BRANCA, 2017), tratado o qual o país exercia maior peso econômico. Sob o governo Trump, os Estados Unidos passam por um momento conservador e isolacionista, reflexo da perda de fôlego na competição internacional. E, apesar de ter sua presença diminuída no eixo Ásia-Pacífico, a nova política eterna sob o mandato de Trump é direta, a China aparece logo nas primeiras páginas do “*National Security Strategy*” como ameaça ao povo e ao estilo de vida americano (CASA BRANCA, 2017).

Sob o novo governo americano também surgiram novos desentendimentos. Após o resultado das eleições de 2016, Trump falou por telefone com a presidenta de Taiwan Tsai Ing-wen, sendo o primeiro contato entre os líderes dos Estados Unidos e de Taiwan em quase 40 anos. O que se especulou foi que Trump não estava respeitando a política de uma China, resultando num pronunciamento oficial do Porta-Voz do Ministro de Relações Exteriores:

“Deve ser ressaltado que só há uma China no mundo, e que Taiwan é uma parte inalienável da China. O governo da República Popular da China é o único governo legítimo representando a China. [...] O princípio de uma China é a base política das relações entre a China e os EUA. Nós pedimos às partes relevantes nos EUA que honrem seu comprometimento com a política de uma China e os princípios dos três *communiqués* conjuntos, além de lidar de forma apropriada com os assuntos

¹¹ Do original: “Jay Jackson defined normative power as the potential influence over others’ activity and behavior through the power of norms and stressed the ‘domain and range’ of legitimate behavior”.

relacionados à Taiwan de maneira discreta, de modo a evitar quaisquer interferências nas relações entre China e Estados Unidos”¹² (CHINA, 2016).

Um segundo confronto notável é a chamada Guerra Comercial, que confirma a preocupação do governo americano com suas capacidades competitivas. Desde durante sua campanha para presidência dos Estados Unidos, Trump já falava sobre a influência chinesa na deterioração da economia americana. Em agosto de 2017 ele abriu uma investigação sobre as políticas comerciais da China, e a partir de janeiro de 2018 começou a impor diversas tarifas sobre bens chineses. Apesar da China responder com uma lista de 333 de produtos que incluem cobre, soja, aço, combustível e equipamento médico, as exportações chinesas de manufaturados para os Estados Unidos são muito maiores do que o inverso (BBC, 2018).

A tentativa de conter a China - seja economicamente ou geopoliticamente - não é novidade do governo Trump, mas o importante ressaltar é que o governo chinês nega que busca substituir ou ameaça o lugar de *hegemon* dos Estados Unidos, ou que busca enfrentar essa posição, como disse o Ministro de Relações Exteriores Wang Yi durante a 73ª Assembleia das Nações Unidas em 28 de setembro de 2018:

“A China não se tornará, tampouco desafiará, a posição dos Estados Unidos, [...] Algumas pessoas nos Estados Unidos acreditam que uma China mais forte está destinada a seguir o caminho batido em busca da hegemonia, e a impor uma chamada ameaça à posição de liderança dos Estados Unidos no mundo [...]” (*apud* CHINA DAILY, 2018)¹³.

O ministro acrescentou ainda que o caminho escolhido pela China para alcançar seu desenvolvimento difere do caminho escolhido pelas potências tradicionais, em que uma potência forte com certeza buscaria a hegemonia. No caso da China, ela se prenderá ao caminho do desenvolvimento pacífico, como está escrito na constituição chinesa e na constituição do Partido Comunista da China (PCCh) (CHINA DAILY, 2018).

A estratégia de desenvolvimento pacífico é observada dentro da iniciativa OBOR, ao promover a cooperação de ganhos mútuos (*win-win strategy*), financiar investimentos em infraestrutura, e minimizar conflitos (SIT, 2017; ANDORNINO, 2017), com um dos objetivos sendo o de impulsionar o potencial de desenvolvimento na Eurásia e nos países africanos

¹² Do original: It must be pointed out that there is but one China in the World, and that Taiwan is an inalienable part of China. The government of the People's Republic of China is the only legitimate government representing China. [...] The one China principle is the political basis of the China-US relationship. We urge the relevant party in the US to honor its commitment to the one China policy and the principles of the three joint communiqués, and properly deal with Taiwan-related issues in a discreet manner, so as to avoid unnecessary disruptions to the overall China-US relationship.

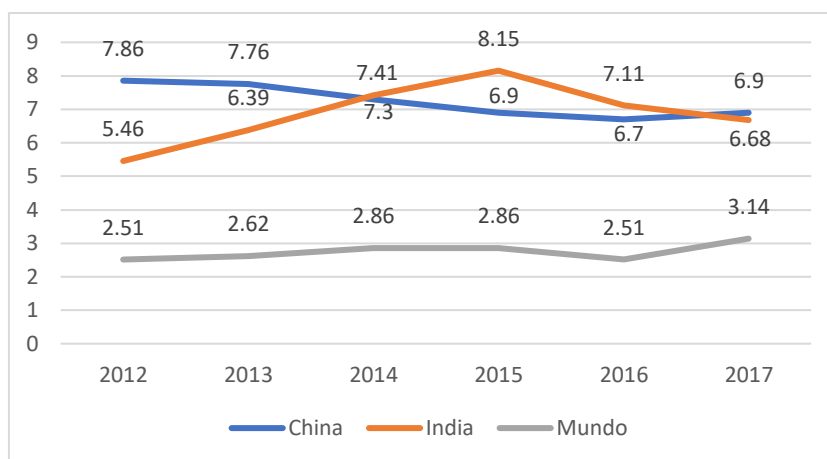
¹³ Do original: “China will not become, will not challenge, will not take the place of the United States, [...] Some people in the US contend that a stronger China is bound to follow the beaten path to seek hegemony and pose a so-called threat to the US’s leading position in the world [...]”.

vizinhos (ANDORNINO, 2017). Adicionado a isso, o governo chinês também vem buscando ativamente projetar uma nova imagem e alcançar uma nova posição dentro da ordem internacional (PU *apud* ANDORNINO, 2017), por meio da liderança conectiva (ANDORDNINO, 2017).

2.2 Índia e o acesso ao Índico

No que concerne a posição da Índia dentro da perspectiva geopolítica do OBOR, é possível observar a competição existente entre os dois países. Primeiramente devido a suas características, China e Índia abrigam as duas maiores populações do mundo e são os dois maiores países em desenvolvimento (HU, 2017). Isso possibilita um crescimento econômico potencial equiparável ao chinês no que diz respeito aos seus respectivos PIBs, visto que a Índia chega a ultrapassar a China em crescimento do PIB entre 2014-2016 (Gráfico 10). Vale ressaltar, por outro lado, que os economistas chineses já identificavam essa nova fase econômica da China como “novo normal”, ao referirem-se às taxas de PIB menores que 7% (WANG, 2016), mas ainda muito acima às taxas mundiais.

Gráfico 10 – Crescimento anual do PIB em porcentagem (2012-2017)



Fonte: Banco Mundial.

Também é de se ressaltar a competição existente entre Índia e China no que diz respeito a busca por recursos naturais e a rivalidade regional por influência no Sudeste Asiático, Mar do Sul da China, Sul Asiático e o Oceano Índico (HU, 2017).

Sob a visão chinesa, a justificativa é de que a maior presença no Oceano Índico por meio da rota marítima tem como únicas finalidades o reabastecimento, o comércio, e segurança dos corredores marítimos (HU, 2017). O aprofundamento da globalização econômica e a chegada

da era Indo-Ásia-Pacífico transformam o Oceano Índico em um trecho chave para os fluxos de troca e de economia entre o Oriente Médio e Leste Asiático, o que deu importância ao oceano nas áreas de economia, segurança, desenvolvimento e estratégia (YANG, 2018).

Para entender melhor a importância do Oceano Índico para os chineses, deve-se observar que 70% das importações de petróleo da China passam pelo Oceano Índico (HU, 2017), 80% de suas importações energéticas passam pelo Estreito de Malacca, controlado por Cingapura com apoio dos Estados Unidos – o que ficou conhecido como o ‘Dilema de Malacca’ (WOLF, 2018) –, além de também depender do conflituoso Mar do Sul da China. Sob estas circunstâncias e com o aumento da dependência pelo petróleo do Golfo Persa, a Índia possui uma grande vantagem sobre a China (WOLF, 2018; HU, 2017).

O Estreito de Malacca caracteriza-se como uma ferramenta de influência regional e de importância estratégica para a Cingapura, pois o trecho compõe uma área de acesso vital para as rotas comerciais que ligam a Europa, África e Ásia. Desse modo, abrir um novo canal de transporte do sudoeste da China até o Oceano Índico é essencial para evitar o Estreito (SIT, 2017).

Apesar de já estar presente de alguma maneira no norte do Oceano Índico, a China ainda não foi integrada em nenhum mecanismo regional de segurança marítima, o que é uma dificuldade para integrar de forma eficiente os recursos internacionais para que se concretize cooperativamente a segurança marítima, tendo em vista a ascensão de problemas de segurança não tradicionais no Sul Asiático e no Oceano Índico (YANG, 2018).

Entretanto, desde a Guerra sino-indiana de 1962 as relações entre os países são sensíveis, tensão acentuada com as contínuas disputas fronteiriças. Isso se traduz na desconfiança indiana para com os planos chineses na região sul-asiática, também levando em consideração que seu status de potência emergente lhe dá um forte sentimento de respeito próprio e autoconfiança frente a outras grandes potências (HU, 2017).

Do ponto de vista geopolítico, Yang (2018) argumenta que o Sul Asiático pode ser generalizado como “Índia Centrica”, que teve um processo de integração regional fragmentado, e que existe um desencontro entre o conceito de ameaça à segurança e os problemas relacionados à segurança. O centrismo na Índia se deve tanto pelo fato geográfico, já que a Índia está no centro do subcontinente sul-asiático, como pela força que tem na região. A Índia faz bom uso de sua posição de liderança no Sul Asiático e a região é considerada tradicionalmente como seu quintal, porém, desde que o Paquistão foi estabelecido, as preocupações referentes as fronteiras a oeste nunca cessaram. Já no espectro econômico, ela

ainda tem a capacidade de negar o uso de seus locais de trânsito, resultando em custos insustentáveis para outros países.

Os indianos, porém, preocupam-se tanto com o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) quanto com o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar (BCIM). O CPEC, pois fortalece a parceria Sino-Paquistanesa, desafiando a posição regional da Índia, podendo conter a influência indiana no sul asiático, além de que o corredor passa pela região disputada da Caxemira, um dos maiores obstáculos para a participação da Índia no OBOR (WOLF, 2018), o que daria a entender que o Paquistão tem legitimidade sobre o controle da região, mesmo que a Índia a reivindique (FAZIL; SERING *apud* WOLF, 2018).

Com o BCIM, a preocupação indiana é de que a influência chinesa poderia penetrar a região nordeste da Índia e ameaçar sua segurança, visto que a região é foco de movimentos separatistas e de terrorismo, e vulnerável a influência externa (UBEROI *apud* HU, 2017). Ademais, o desenvolvimento de uma boa relação econômica e política entre a China e outros países do Sul Asiático, assim como o estabelecimento estratégico de diversos portos no Oceano Índico por meio da Rota Marítima, leva à Índia ao pensamento de que a China está tentando cercá-la (YANG, 2018; WOLF, 2018). Essa suposta estratégia chinesa ficou conhecida como estratégia do “Colar de Pérolas”, e uma das maiores preocupações indianas seria a possibilidade do Porto de Gwadar, no Paquistão, pudesse se tornar uma base marítima chinesa eventualmente (WOLF, 2018).

Com relação às instalações dos portos, logística marinha, segurança do transporte marítimo, acesso a recursos marítimos, dentre outras áreas relacionadas, a Rota Marítima não só irá contornar o “Dilema de Malacca”, como também dará à China acesso e controle do tipo de instalações navais do qual não tem, dando uma grande vantagem estratégica para a China (BANERJEE, 2016).

Zhou e Esteban (2018) também confirmam isso, argumentando que a Rota Marítima ajuda a China a fortalecer seu poder marítimo e aumentar sua influência no Oceano Índico para aumentar sua segurança marítima e projetar seus interesses marítimos. Os autores dão os exemplos dos portos de Hambantota no Sri Lanka, o porto de Gwadar no Paquistão – mencionado anteriormente –, e o porto de Kyaukpyu no Mianmar, estes sendo estratégicos para que Pequim possa reforçar sua presença naval no Oceano Índico, garantindo a segurança de suas rotas comerciais e energéticas, e alcançando seu papel como uma potência marítima.

De fato, o bom relacionamento entre China e seus vizinhos, principalmente através de laços econômicos e aprofundamento da cooperação em segurança, foi algo que o presidente Xi Jinping, durante a Conferência sobre a Diplomacia Periférica (*Peripheral Diplomacy Work*

Conference) em 2013, ressaltou como de “valor extremamente estratégico”. A ideia central de seu discurso era que manter a estabilidade na vizinhança da China é um objetivo fundamental de sua diplomacia periférica (CHAWLA, 2017).

A preocupação em estar sendo cercada econômica e estrategicamente pode ser minimizada se a Índia exercer um papel maior na conectividade regional. China e Índia aparentam estar competindo pela influência econômica e estratégica na região sul asiática e, enquanto a China vem agindo com diversos projetos de infraestrutura parte do OBOR, a Índia vem sendo essencial para as iniciativas de integração e conectividade no Sul Asiático desde o início, como no caso a formação da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (ASACR). A China não faz parte do bloco econômico sul asiático, mas mesmo assim sua influência na região vem crescendo a cada dia, através do comércio, investimento e outras iniciativas (DAS, 2017).

Com o contexto supracitado, a participação da Índia é de grande valor estratégico para a China poder avançar com o OBOR no Sul Asiático. Não apenas por estar melhor integrada com a maior parte dos países do Sul Asiático, mas também porque, exceto Paquistão devido ao seu alinhamento especial com a China, muitos dos países do Sul Asiático possuem ressalvas e estão sendo cautelosos com seus envolvimento na iniciativa do OBOR (DAS, 2017). E, com a adesão da Índia à Organização da Cooperação de Xangai (OCX), a China tem a possibilidade de promover o OBOR, CPEC, BCIM e o Gasoduto Ásia Central-China junto aos formuladores de política em Déli (STUENKEL, 2018).

2.3 Ásia Central

Halford Mackinder (1919) em seu livro “*Democratic Ideals and Reality*” argumenta que “Quem controlar o Leste Europeu comandará o Heartland (Anexo D), quem controlar o Heartland comandará a Ilha Mundial, quem controlar a Ilha Mundial, comandará o mundo” (p. 106, tradução nossa). Isso porque a área não possui acesso marítimo e é rica em recursos naturais. Na visão de Yan (2013), em contrapartida, evidências históricas comprovaram o contrário, visto que a Alemanha na II Guerra Mundial chegou a controlar o Leste Europeu, mas mesmo assim perdeu a guerra e foi dividida em duas. Como também houve o caso da União Soviética, que em vez de governar o mundo, terminou fragmentada em diversos países.

Se levada a uma outra perspectiva, pode-se afirmar que Mackinder também quis dizer que quem controlar o Heartland eurasiático, comandará o mundo. Dessa maneira, é possível

adequar o OBOR a este pensamento. A China, sendo uma das grandes potências eurasiáticas, possui enormes vantagens para fazer alianças, desenvolver força e expandir influência pelo continente. O mecanismo de multilateralismo regional, além de ser uma ferramenta para o país ter acesso à recursos e mercado, também é uma ferramenta de apoio para que a China alcance seus principais objetivos geopolíticos (ZHOU; ESTEBAN, 2018).

Banerjee (2016), por sua vez, acredita que tanto os conceitos de Heartland quanto o de Rimland – cinturão exterior do Heartland - podem ser aplicados no OBOR, sendo este representado pela Rota Marítima, e aquela pela Rota Terrestre (Anexo B). Apesar disso, ele ressalta que seria inviável para apenas um país dominar toda essa porção territorial, mas que uma entidade de segurança regional teria essa capacidade, como é o caso da OCX.

Outra visão geopolítica dentro da Ásia Central para OBOR está no fato de sua proximidade com países como Rússia, China, Irã, Índia, Paquistão, dentre outros que são muito contestados geopoliticamente, além da região ser rica em recursos energéticos, dando um perfil geoeconômico para a região. Isso se reflete em dificuldades para se manter um equilíbrio geopolítico, principalmente entre Rússia, China, EUA e União Europeia, e em criar um sistema multilateral de parcerias com países e organizações internacionais. A OCX, estabelecida em 2001, tem sido uma ferramenta para maior engajamento da China com a Ásia Central, se diversificando em diversas áreas com a operacionalização da Rota Terrestre que passa pela região (RAKHIMOV, 2018).

Além destes, a China deve se engajar mais a seu Oeste como resposta à estratégia de reequilíbrio no Leste Asiático dos Estados Unidos, partindo para a Ásia Central e o Golfo Persa, que por muito tempo é visto pelos americanos como vital para a posição dos EUA. Na visão chinesa, seus interesses são melhores entendidos a longo prazo através da melhor redistribuição de poder na região, entre o lado pró-EUA e o lado que advoga pela independência da política externa, como é o caso do Irã. E para isso, relações econômicas são cruciais, estando o OBOR na posição de ajudar Pequim na busca, por meios não-militares, de uma distribuição mais adequada de influência geopolítica, no Golfo Persa e na Ásia Central (LEVERETT; BINGBING, 2016).

A conectividade regional e a cooperação multilateral – as quais agravam a interdependência regional – são maneiras de Pequim projetar seu poder e influência sobre seus parceiros eurasiáticos a fim de interesses estratégicos, além de ampliar o núcleo estratégico e o espaço geopolítico. A rota terrestre do OBOR, neste caso, faz com que Pequim tenha a capacidade de aumentar sua influência na região (ZHOU, ESTEBAN, 2018).

A China é o maior país a fazer fronteira com a Ásia Central e mantém a expansão de seus contatos comerciais e econômicos de forma bilateral ou multilateral, além de dialogar com a possibilidade de uma maior presença econômica e do equilíbrio das forças políticas e estabilidade na Ásia Central, tendo estas como políticas prioritárias. Isso porque, como visto anteriormente, a região é rica em recursos naturais, em especial hidrocarbonetos, e a China possui oleodutos e gasodutos provenientes da região (RAKHIMOV, 2017).

No que tange a integração e a segurança regional da Ásia Central, é importante destacar o papel da OCX. Esta foi fundada em junho de 2001 em Xangai pelos Cinco de Xangai – Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão -, que inicialmente tinham como objetivo resolver disputas fronteiriças e reduzir o número de forças armadas em suas fronteiras (RAKHIMOV, 2018; SEIXAS, 2017), mais o Uzbequistão. O encontro que deu origem à OCX também estabeleceu uma declaração em que os países se comprometeriam em combater o terrorismo, separatismo e o extremismo. Para os países da Ásia Central, seus interesses na organização visavam o desenvolvimento de infraestruturas, manutenção da estabilidade no subcontinente, e estabelecer uma parceria com China e Rússia. Em junho de 2016, Índia e Paquistão ingressaram como membros integrais da OCX (RAKHIMOV, 2018).

A organização reconhece as Três Forças, sendo elas, a Violenta Força Terrorista, Força Religiosa Extremista e a Força Separatista Étnica como as maiores ameaças à segurança e à estabilidade na região. A XUAR na China, corresponde à uma parte da Ásia Central, compondo uma localização crítica do OBOR, conectando geograficamente o leste asiático, oeste asiático e Europa. Dessa forma, a segurança regional é de muita importância para a comunicação estável e a proteção da Rota Terrestre (LIU; GAO, 2016).

Com o OBOR, a China busca lidar com seus problemas na XUAR (LEVERETT; BINGBING, 2016). Wolf (2018) e Stuenkel (2018) argumentam que é porque, para a China, o desenvolvimento econômico da região de Xinjiang trará estabilidade sociopolítica, o que ajudará no combate ao extremismo religioso, embora que, segundo Wolf, os militantes Uigur – maior movimento separatista da região - possam enxergar a presença da iniciativa como uma maneira de explorar seus recursos.

A segurança interna e estabilidade de Xinjiang (Anexo E) depende tanto dos esforços internos da China, como também de seus esforços nos países vizinhos. Com o estabelecimento do CPEC, além de reforçar sua influência nas regiões sul e central da Ásia, a China também visa conter as ameaças terroristas provenientes do Paquistão, tendo em vista que a prosperidade econômica do Paquistão, por meio de grandes programas desenvolvimentistas, seria a maneira de alcançar isso (WOLF, 2018).

Outra ameaça no que concerne a região de Xinjiang é a instabilidade no Afeganistão. Segundo Zhao (2016), o país se tornou a maior fonte de narcóticos contrabandeados para a China, além de que o território chinês é particularmente vulnerável à difusão de terrorismo e extremismo provenientes do Afeganistão. Uma guerra duradoura e instabilidade política abalaram o país, tendo consequências em sua economia e abandonando seu povo, e essas condições não apenas impossibilitam o país de alcançar sua paz, mas também repercutem com efeitos negativos nas regiões e países fronteiriços, como é o caso de Xinjiang na China (ZHAO, 2016).

Enquanto que a Ásia Central possui suas próprias preocupações no que concerne terrorismo e extremismo, ainda é o Afeganistão que se apresenta como a maior ator desestabilizador externo para os países da região. Para a China, em si, deve-se também à segurança dos oleodutos e gasodutos que estão presentes na região, alvos fáceis para terroristas (ZHAO, 2016). São fatores que claramente ameaçam a implementação e funcionamento dos projetos do OBOR na Ásia Central, mas, ao mesmo tempo, será através do OBOR e da OCX que se buscará a estabilidade na região.

Com a iniciativa OBOR, as nações centro-asiáticas se mostraram favoráveis e logo fizeram parte dos membros fundadores do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, uma das instituições de financiamento da iniciativa OBOR (RAKHIMOV, 2018). E, no que concerne segurança, é compreensível que sua rápida adesão possui relação com a integração que a China teve com os outros países da OCX e compõem a Ásia Central.

2.4 Aliança Estratégica com Rússia

Moscou e Pequim iniciaram um processo de lenta reaproximação a partir da década de 80, posteriormente elevada a uma “parceria estratégica” em 1996 e se consolidando na formação dos Cinco de Xangai (SEIXAS, 2017). As relações sino-russas vêm se intensificando desde que o presidente russo Vladimir Putin chegou ao poder em 2000, vindo de uma rivalidade estratégica durante o período soviético (FALLON, 2015), esta crescente cooperação entre os dois países é movida por interesses e ameaças em comum, e fatores exógenos dentro do sistema internacional que levam a cooperação a ser mutuamente benéfica. Entretanto, com as divergências ideológicas durante a Guerra Fria, o enfraquecimento da União Soviética e a ascensão chinesa depois da Guerra Fria, a Rússia passou a ficar atenta com seu vizinho (CAU, 2018).

A transição russa para o Oriente, mais especificamente para a China, deve-se à deterioração de suas relações com o Ocidente, motivada principalmente aos acontecimentos que ocorreram na Ucrânia. Entre o final de 2004 e o início de 2005, uma chamada “revolução laranja” aconteceu em Kiev contra o regime apoiado pelos russos, o que foi entendido pela Rússia como uma interferência americana e da União Europeia através do apoio aos opositores do regime. O que resultou disso foi que a Rússia acatou o pedido chinês de realizar um exercício militar conjunto meses depois do que havia acontecido na Ucrânia, sendo realizado em 2005 na península de Shandong como o primeiro exercício militar conjunto sino-russo da história, com a participação de milhares de tropas russas e com maior parte dos custos cobertos pela China. Nos anos seguintes outros exercícios militares conjuntos foram realizados tanto na Rússia quanto em outros países membros da OCX (FALLON, 2015).

O outro momento significativo que levou a Rússia a se aproximar mais da China foi a mudança de regime em Kiev consequente das manifestações do “Euromaidan” entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014. A resposta russa para isso foi a anexação da Crimeia e o apoio a separatistas na região leste da Ucrânia, levando a uma cisão aparentemente permanente entre a Rússia e o Ocidente (FALLON, 2015).

Tendo em vista estes acontecimentos, o contexto geopolítico da Eurásia vem se tornando cada vez mais importante com a Rússia se afastando do Ocidente, e a China elaborando uma estratégia de maior presença na Ásia Central e região. No que diz respeito à mais antiga e mais institucionalizada organização de segurança não-ocidental, a OCX, ela vem passando por transformações que fortalecem a cooperação entre os países que fazem parte tanto dela como do OBOR. Essas transformações vão desde lidar com questões econômicas, potencial criação de um banco de desenvolvimento da OCX, como questões relacionadas à infraestrutura, fronteiras transnacionais e disputas de água. Para além desses, a Rússia propôs incluir a União Econômica Eurasiática (EAEU) ao Cinturão Econômico da Rota da Seda na China (SREB), o que pode ser entendido como uma aceitação da proposta chinesa para a região (STUENKEL, 2018).

A organização da EAEU foi anunciada em 2015 por Putin e incluía, além da Rússia, a Bielorrússia, Cazaquistão e a Armênia. A ideia inicial era de manter uma zona de livre comércio entre a EAEU e a China, sendo que em maio do mesmo ano, China e Rússia fizeram declarações sobre cooperação entre os planos da EAEU e o SREB. Na declaração conjunta, ambos os lados afirmaram que iriam tomar medidas acordadas para implementar todos os processos de formação da EAEU e do SREB, por meio de atividades conjuntas nos formatos bilaterais e multilaterais, inicialmente dentro da plataforma da OCX (OVSTROVSKII, 2018).

Do lado da Rússia, a integração com a China e com a Eurásia dentro do OBOR podem trazer um alto potencial de desenvolvimento para o país, além de ter uma base de apoio para responder firmemente a ações dos Estados Unidos, União Europeia e outros países. A união de dois grandes projetos irá permitir que a Rússia e os outros membros da EAEU tenham acesso a uma zona de trânsito de cargas enorme entre Europa e Ásia, e irá ampliar os mercados de fornecimento tanto nos territórios chineses quanto em outros países asiáticos. O OBOR é uma ferramenta que tem a capacidade de intensificar a cooperação econômica entre os países da OCX, garantindo o desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre China e Rússia (OVSTROVSKII, 2018).

De acordo com Seixas (2017), além da importância da OCX para a resolução de pendências territoriais entre as duas maiores potências militares da Eurásia, a organização também possibilitou a maior concentração política sino-russa a nível global. Para o autor, existe uma preocupação de ambos os países com a preponderância econômica, política e militar dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria.

China e Rússia possuem um histórico de cooperação que vai desde o apoio mútuo nas controvérsias do que diz respeito a suas zonas de influência, como observado na abstenção chinesa no caso da intervenção russa na Ucrânia, e nos casos de Taiwan e disputas no mar do Sul da China, em que a Rússia se demonstrou a favor da China. Além disso, China e Rússia possuem um histórico de votos em conjunto no Conselho de Segurança da ONU, e também cooperam no estabelecimento das novas instituições financeiras internacionais, AIIB e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (SEIXAS, 2017).

De fato, a aproximação entre os dois países é um reflexo de que os dois necessitam de maior influência política no plano global para alcançar seus interesses, e a iniciativa oferece um mecanismo multilateral para aprimorar as relações econômicas, políticas e culturais entre China e outros países eurasiáticos, como também oferece uma oportunidade de fortalecer a cooperação entre os grupos multilaterais regionais existentes, tais como a ASEAN Plus Three, EAEU e a OCX. O fortalecimento desses grupos multilaterais por meio do OBOR permite que a China aumente sua influência em outras partes da Eurásia (ZHOU; ESTEBAN, 2018), mais especificamente com a aliança sino-russa, é uma oportunidade geopolítica para ambos países marcarem presença vis-à-vis os EUA.

Por fim, apesar de já mencionada na seção anterior, a aplicabilidade da teoria do Heartland depende muito também da participação russa no OBOR. Uma das partes centrais do Heartland está localizada na Ásia Central e por isso o crescente interesse chinês na região, mas ainda é necessário ressaltar que a Rússia detém da maior parte territorial do Heartland e é uma

das grandes potências na região. Os planos chineses, por sua vez, apesar de no curto e médio prazo aparentemente estarem em harmonia com a Rússia, ao longo prazo pode-se chegar à conclusão de que é a China busca ter a maior influência na região. Isto é, a Ásia Central ainda pode ser considerada estando sob maior influência russa, mas a crescente dependência dos países da região pela China tem a chance de mudar isso. São os casos do Turcomenistão, que tem mais da metade de suas exportações destinadas a China, sendo o grosso disso de gás natural que é transportado pelo gasoduto Ásia Central-China, e do Cazaquistão, que tem 20% da produção de seu petróleo controlada pela China (SEIXAS, 2017).

A segurança energética é um dos pontos-chaves do OBOR, principalmente pelo fato da atual dependência do Estreito de Malacca, mas também porque maior parte dos oleodutos e gasodutos da Ásia Central ainda são em direção a Moscou, que por anos controla a infraestrutura energética da região herdada do período soviético. Agora que estes países buscam diversificar suas parcerias, a dependência da Rússia diminuirá, e a China terá a chance de se fazer mais presente na região, gerando uma nova dependência para estes países (SEIXAS, 2017).

2.5 Conclusão

As autoridades chinesas buscam sempre reforçar o caráter pacífico de seu país, com o OBOR isto não seria diferente. A fundamentação que o governo chinês deseja expressar para o mundo é o desenvolvimento pacífico, em que não se faz uso do expansionismo nem do uso da força, reforçando amizade, segurança e prosperidade com países vizinhos. De fato, a expansão territorial e o uso da força não são exatamente o que se observa nas características geopolíticas da Nova Rota da Seda, mas isso não exige o país de estar aplicando uma estratégia de influência regional que garanta o sucesso da Grande Estratégia de orientação contra hegemônica.

A agenda contra hegemônica demanda da China desenvolver cada vez mais seu poder integral e assim descentralizar a atual configuração existente na ordem internacional. Apesar disso, o *status quo*, tenta ser defendido ao máximo pelas potências existentes e, no caso dos Estados Unidos, foi possível observar que diversos presidentes e políticos norte-americanos buscaram influência no continente asiático, com propostas semelhantes à Nova Rota da Seda. Isto fez parte de um interesse dos EUA em conter a influência chinesa na região e manter-se como maior influente em todas as regiões do globo. Mas, com a proposição do TPP, autores afirmam que potências que são deixadas de lado tendem a formar seu próprio bloco e, sob essa ótica, explicam o surgimento do OBOR em oposição à Parceria.

Não apenas o surgimento do OBOR apresenta-se como uma possível oposição à influência estadunidense, como também o AIIB, NBD e o Fundo para a Rota da Seda que, apesar de defendidos como apenas complementares às instituições financeiras ocidentais existentes, claramente mostram-se capazes de exercer influência chinesa em ambos espectros regional na Eurásia quanto global.

A argumentação do capítulo, entretanto, busca analisar outros aspectos geopolíticos presentes na elaboração da Nova Rota da Seda. O fator Índia é um dos que deve ser destacado, tendo em vista a influência do país sob a região do Oceano Índico, responsável pelo trajeto de grande parte do petróleo chinês, e o crescimento do seu PIB superando o chinês em alguns momentos. Com as passagens pelo Paquistão e Mianmar, a China consegue contornar a influência indiana, o que será contestado pela Índia como uma forma de cercá-la, mas principalmente consegue resolver o problema da China e sua dependência pelo Estreito de Malacca.

A visão indiana, em contrapartida, baseia-se na contestação do território da Caxemira e na possibilidade de a China utilizar dos portos no Sri Lanka, Paquistão e Mianmar para fins militares, forçando sua presença na região que historicamente é de influência indiana.

No quesito da Ásia Central, a região possui um grande valor para os chineses muito pela oportunidade de obtenção de hidrocarbonetos, mas também porque ao passar pela região, a Nova Rota da Seda buscará desenvolver economicamente a região a fim de diminuir as tensões existentes e que põem em risco à segurança nacional da China. O argumento adicional do capítulo, por sua vez, enxerga a influência chinesa na região da Ásia Central como um paralelo ao conceito de Heartland, visto que estará conectando regiões chave do globo e avançando a influência da China sob a OCX.

O sucesso dessa influência, por sua vez, depende da participação da Rússia. Pode-se analisar como uma aliança estratégica para ambos países no que diz respeito à oposição às potências ocidentais e ao fortalecimento das instituições das que fazem parte em comum. Assim, espera-se que as relações entre os dois países seja de colaboração no médio-longo prazo, mas observa-se que existe uma busca por maior influência chinesa na região da Ásia Central, atualmente sob maior influência russa, devido aos gasodutos e oleodutos que a China deseja que estejam seguros, dentro de um quesito chave do OBOR que é a segurança energética.

Portanto, entende-se que a ótica geopolítica não pode ser descartada na análise desta iniciativa. Como explanado anteriormente, pelas dimensões do OBOR e pelas regiões que são alvos de disputa de influência historicamente, tem-se como indispensável avaliar intenções chinesas além de uma visão econômica limitada de cooperação e desenvolvimento de uma

região. O desenvolvimento pacífico chinês pode até se diferenciar do expansionismo colonial, entretanto, há razões suficientes para categoriza-lo como uma expansão de influência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou estudar as intenções chinesas com um projeto tão ambicioso como o OBOR. Devido a dimensão da iniciativa, dividiu-se em duas partes em que se explicou inicialmente quais razões econômicas além da superficialidade do desenvolvimento pacífico estariam por trás do OBOR e, na segunda parte, entender alguns aspectos geopolíticos da China e entende-los dentro do tema do trabalho.

Com o capítulo inicial, a intenção foi de esclarecer ao máximo de que forma a China economicamente forte de hoje chegou onde está, visto que esta é a fundamentação do desenvolvimento econômico responsável pelo refinamento da indústria chinesa e pela grande acumulação de capital, ambos entrelaçados na situação de proposição do OBOR. Desde o princípio, entende-se que a China sempre jogou ao seu favor. Diferentemente de outros países que adotaram políticas neoliberais, o país manteve-se firme e buscou sempre aliar seus objetivos centrais à entrada de capital estrangeiro no país, fazendo possível acontecer transferência de tecnologia e aprimoramento de técnicas de manufatura.

A proposição do OBOR também deve ser vista desta forma. Existem fatores suficientes para argumentar que o maior beneficiário da iniciativa é a própria China. Economicamente falando, os grandes investimentos prometidos e inúmeros projetos de infraestrutura e logística que estão em andamento contribuem de maneira geral para facilitar a comercialização de produtos chineses. É possível que, sim, haja um desenvolvimento de uma região que segue atrasada quando comparada aos países do Leste Asiático, visto que é um desenvolvimento necessário para que tanto se barateie os preços dos produtos chineses e eleve o padrão de gastos destes mercados. Entretanto, com concessões e privilégios obtidos pela China nestas regiões, o que se tem são mercados dependentes dos produtos e serviços chineses, o que irá fortalecer a presença de empresas chinesas mundialmente.

De uma maneira geral, o OBOR por si só não é capaz de sanar os problemas da economia chinesa. Indubitavelmente irá contribuir fortemente para a acumulação de capital, mas no que diz respeito ao PIB, é necessário entender melhor tanto a composição do PIB chinês, entender que o PIB por si só não mede desenvolvimento econômico e que a tendência de um país que já passou pela sua fase industrial de trabalho intensivo e atualmente encontra-se numa fase mais moderna é de manter taxas mais baixas e consistentes. E, como visto no trabalho, ainda existe uma necessidade de desenvolvimento do consumo interno chinês para que não dependa

principalmente de exportações, considerando as crises de 1997 e 2008 que tiveram considerável impacto nos volumes de exportação chineses.

Além disso, destaca-se muito importante a participação das instituições financeiras AIIB, NBD e Fundo para a Rota da Seda nesta equação, pois irão contribuir para o fortalecimento da China no sistema financeiro internacional, e proporcionarão maior uso do yuan nas transações internacionais. Entende-se que isso seria uma grande vitória para a China ao considerar que existe uma tentativa de diminuir a dependência pelo dólar.

O capítulo seguinte teve como proposta fazer conexões entre o conceito da geopolítica chinesa Grande Estratégia e a visão de autores chineses e de cada região chave abordada por seção. Aqui, quis se saber o que argumentavam as partes principalmente no que diz respeito a uma expansão de influência chinesa. Como argumentado, um dos grandes fatores responsáveis pela proposição do OBOR seria um possível confronto não-armado entre China e Estados Unidos, em que o último tem um histórico de tentativas de contenção com os chineses, deixando-os de lado num acordo em que se participavam as principais nações asiáticas. A contraposição às influências hegemônicas dos EUA pode ser identificada no OBOR e nas instituições financeiras mencionadas no trabalho.

Adicional a este fator que parece ser de maior relevância, existe um outro fator tido como central na proposição do OBOR: segurança energética. Como visto, o Estreito de Malacca e o Oceano Índico são dois obstáculos que a China encara como necessários de se superar. Atualmente, maior parte das importações energéticas e do transporte de petróleo chinês dependem destas duas regiões, uma sob influência dos EUA, e a outra sob influência indiana. Com os portos em Mianmar, Paquistão e Sri Lanka, a China não apenas contorna a necessidade de passar por Malacca, como também exerce uma influência maior sob o Índico. A Índia, por sua vez, enxerga-se encurralada e teme que o CPEC assegure uma legitimidade da região da Caxemira ao Paquistão.

Ásia Central e Rússia, outras duas seções do capítulo também se relacionam com a segurança energética. No caso da Ásia Central, é uma região rica em hidrocarbonetos e onde abriga oleodutos e gasodutos cruciais para a China. Apesar disso, a região, principalmente a parcela de fronteira com a região de Xinjiang, é vista como instável e sujeita a ataques terroristas, a China então analisa que isso deve-se ao subdesenvolvimento econômico da região, portanto transformar Xinjiang num hub econômico e contribuir economicamente nos países vizinhos iria sanar este tipo de problema. Em uma análise pessoal, por outro lado, acredita-se que a presença do capital chinês na região será seguida de uma presença minimamente militar, ao menos onde houver infraestrutura projetada por estatais chinesas.

A estabilidade da Ásia Central contribui num segundo fator que é a segurança nacional chinesa, considerando que existe um foco de entrada de extremistas e narcóticos da região, mais precisamente da fronteira com o Afeganistão. Entretanto, ainda é cedo para concluir que a China terá êxito com isso, pois tem-se a região disputada da Caxemira e um território instável como o do Afeganistão que não obteve resultados positivos de outra intervenção que aconteceu ali. A OCX possui uma participação que deve ser obrigatória para o desenvolvimento do OBOR na região, já que conta com esforços de diversos países para a segurança regional.

A OCX também é importante ao enquadrar o OBOR na perspectiva do Heartland de Mackinder. O OBOR contribui para a integração econômica dos participantes da OCX e, com apoio indispensável da Rússia, a China poderá exercer uma influência sob a região tida como núcleo para influência global, e também numa segunda região de grande importância da área geopolítica que é o Rimland, com base na Rota Marítima.

Sob argumentação pessoal, é incerta a posição que a Rússia pode adotar com o desenrolar da influência chinesa na região. Apesar de que se observou um alinhamento da Rússia com a China nos últimos anos, se for para continuar numa relação pacífica entre os dois países, é possível que a região passe a ser de influência dos dois países em contraposição à influência americana, tendo em vista que China e Rússia compõem inimigos do Estado americano. Entretanto, com o AIIB e Fundo para a Rota da Seda, a China terá considerável mais influência econômica na região, fato que a Rússia não terá como contestar, mas que tem a oportunidade de usufruir da entrada deste capital em seu próprio país.

Em conclusão, a China pode vender a imagem da Nova Rota da Seda como um mecanismo multilateral amigável e de desenvolvimento dos países aliados, até há quem compre o discurso. Contudo, para quem pesquisa nas áreas de Relações Internacionais, Economia e Geopolítica, este tipo de cooperação tem um preço e motivos. Não muitas décadas atrás a cooperação entre China e outros países menos desenvolvidos eram tidas como do tipo Sul-Sul, mas ao ponto que a China está hoje, é necessário repensá-las para Norte-Sul, pois no caso do OBOR o que se observa são fluxos de capital em que uma nação está fazendo um investimento e não possui interesse de desenvolver a região pelo desenvolvimento da região, protagonizando a ação do provedor da cooperação, a China.

Adicional a isso, Economia e Política, ou geopolítica, no estudo das R.I. estão entrelaçadas. As ações de investimento econômico, financiamento de infraestruturas de grande porte e participação de empresas estatais possuem peso geopolítico, tanto para o país que está encabeçando a iniciativa, quanto para outros países que já tentaram promover algum grau de influência ali. Portanto, a análise do trabalho nas perspectivas econômica e geopolítica eram

necessárias para entender por que a China deseja desembolsar bilhões em projetos de infraestrutura fora de seu território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDORNINO, G. The Belt and Road Initiative in China's Emerging Grand Strategy of Connective Leadership. **China & World Economy**, v. 25, n. 5, p. 4-22, 2017.

BANCO MUNDIAL. World Bank Open Data. Disponível em <<https://data.worldbank.org>>. Acesso em 13 de mar. 2019.

BANERJEE, D. China's One Belt One Road Initiative—An Indian Perspective. **Perspective**, v. 14, 2016. Disponível em: <https://web5.iseas.edu.sg/images/pdf/ISEAS_Perspective_2016_14.pdf>. Acesso em: 1 out. 2018.

BBC. **US-China trade war: New tariffs come into force**. 23 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-45255623>>. Acesso em: 28 set. 2018.

BHOOTHALINGAM, R. The Silk Road as a Global Brand. **China Report**, v. 52, n. 1, p. 45–52, 2016.

CASA BRANCA. **National Security Strategy**. Dezembro, 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

CASA BRANCA. **Presidential Memorandum Regarding Withdrawal of the United States from the Trans-Pacific Partnership Negotiations and Agreement**. 23 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/presidential-memorandum-regarding-withdrawal-united-states-trans-pacific-partnership-negotiations-agreement/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

CAU, E. Geopolitical Implications of the Belt and Road Initiative: The Backbone for a New World Order?. **Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations**, v. 4, n. 1, p. 39-IX, 2018.

CHAWLA, M. One Belt One Road Summit 2017 and its Implications for CPEC: An Overview. **South Asian Studies (1026-678X)**. v. 32, n. 2, 277-284, 2017. ISSN: 1026678X.

CHINA DAILY. **China's foreign minister say China will not seek to replace US leadership**. Nova Iorque, 28 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://usa.chinadaily.com.cn/a/201809/30/WS5bafb647a310eff303280520.html>>. Acesso em: 28 set. 2018

CHINA LABOUR BULLETIN. Employment and Wages. 2019. Disponível em <<https://clb.org.hk/content/employment-and-wages>> . Acesso em 13 nov. 2019.

CHINA. Ministério das Relações Exteriores. **Foreign Ministry Spokesperson Geng Shuang's Remarks on US President-elect Trump's Phone Call with Taiwan leader Tsai Ing-wen**. 3 dez. 2016. Disponível em <<http://www.china-un.org/eng/fyrth/t1421132.htm>>. Acesso em: 1 out. 2018.

DAS, K. The Making of One Belt, One Road and Dilemmas in South Asia. **China Report**, v. 53, n. 2, 125-142, 2017.

DEEPAK, B. R. China's Global Rebalancing: Will It Reshape the International Political and Economic Order?. In: **China's Global Rebalancing and the New Silk Road**. Springer, Cingapura, 2018. p. 1-12

DOBB, M. O Imperialismo. In: **Economia Política e Capitalismo**. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1978.

DU, D.; MA, Y. One Belt and One Road: The grand geo-strategy of China's rise (em chinês). **Geographical Research**, v. 34, n. 6, p. 1005-1014, 2015.

FALLON, T. The new silk road: Xi Jinping's grand strategy for Eurasia. **American Foreign Policy Interests**, v. 37, n. 3, p. 140-147, 2015.

FINANCIAL TIMES. **Chinese contractors grab lion's share of Silk Road projects**. 2018. Disponível em <<https://www.ft.com/content/76b1be0c-0113-11e8-9650-9c0ad2d7c5b5>>. Acesso em 13 nov. 2019.

GAO, Y.; WANG, Q. China's Global Investment: Structure, Route and Performance. In: JAGUARIBE, A. (Ed.). **Directions of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2018.

HULTEN, C. Total Factor Productivity: a short biography. **NBER Working Paper Series**, n. 7471, 1-75, Cambridge, 2000.

HU, R. China's 'One Belt One Road' Strategy: Opportunity or Challenge for India?. **China Report**, v. 52, n. 2, 107-124, 2017.

HUANG, Yiping. Understanding China's Belt & Road initiative: motivation, framework and assessment. **China Economic Review**, v. 40, p. 314-321, 2016.

JAGUARIBE, A. Characteristics and Direction of China's Global Investment Drive. In: **Directions of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2018.

JETIN, B. 'One Belt-One Road Initiative' and ASEAN Connectivity: Synergy Issues and Potentialities. In: **China's Global Rebalancing and the New Silk Road**. Springer, Cingapura, 2018. p. 139-152.

JIA, R.; BIN, D. The TPP and TTIP in the Perspective of Overall National Security and the Prospect of "One Belt and One Road". In: **Proceedings of International Symposium on Policing Diplomacy and the Belt & Road Initiative**. The American Scholars Press, 2016, Georgia (EUA), 2016, p. 61-66.

LEITE, A C. C. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês – 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos**. 2011. 294p. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2011.

LEITE, A. C. C. O atual momento do desenvolvimento chinês: planejamento regional, investimento e comércio internacional. In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

LEVERETT, F.; BINGBING, W. The New Silk Road and China's evolving grand strategy. **The China Journal**, v. 77, n. 1, p. 110-132, 2017.

LIN, J. Y.; ZHANG, F. Sustaining growth of the People's Republic of China. **Asian Development Review**, v. 32, n. 1, p. 31-48, 2015.

LIU, A.; GAO, B. Studies on International Policing Cooperation in Counter Terrorism in the Implementation of the One Belt and One Road Strategy. In: **Proceedings of International Symposium on Policing Diplomacy and the Belt & Road Initiative**. The American Scholars Press, 2016, Georgia (EUA), 2016, p. 45-51.

LIU, W.; DUNFORD, M. Inclusive globalization: unpacking China's Belt and Road Initiative. **Area Development and Policy**, v. 1, n. 3, p. 323-340, 2016.

MARTINS, A. A internacionalização do renminbi e a ascensão do poder monetário chinês. In: VADELL, J. (Org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

MISHRA, R. Asian Infrastructure Investment Bank: An Assessment. **India Quarterly**, v. 72, n. 2, p. 163-176, 2016.

MUTTARAK, R. Potential Implications of China's 'One Belt, One Road' Strategies on Chinese International Migration. 2017.

NAUGHTON, B. **The Chinese economy: Transitions and growth**. MIT press, 2006.

PAPE, R. Soft balancing against the United States. **International security**, v. 30, n. 1, p. 7-45, 2005.

PRABHAKAR, W. The Clash of Interests: Issues of the US Pivot to Asia and China's Maritime Silk Road. In: DEEPAK, B. R. (Org.) **China's Global Rebalancing and the New Silk Road**. Springer, Cingapura, 2018. p. 167-180.

RAKHIMOV, M. Contemporary Central Asia: Balancing Between Chinese and Trans-Asian 'Silk Road' Diplomacy. In: _____. Springer, Cingapura, 2018. p. 119-128.

SEIXAS, E. **China e o Realismo: A Rota da Seda como Projeto de Consolidação e Projeção de Poder**. Rio de Janeiro, 2017. 139p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SIT, T; et al. One Belt, One Road. **Monthly Review: An Independent Socialist Magazine**, v. 68, n. 8, 36-45, 2017. ISSN: 00270520.

STUENKEL, O. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global**. Zahar, Rio de Janeiro, 2018.

TSUI, S.; et al. One Belt, One Road. **Monthly Review: An Independent Socialist Magazine**, v. 68, n. 8, 36-45, 2017. ISSN: 00270520.

WANG, J. 'Marching Westwards': The Rebalancing of China's Geostrategy. **The world in 2020 According to China**, v. 2020, p. 129-136, 2014. Disponível em: <https://books.google.es/books?hl=pt-BR&lr=&id=_gcSBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA129&dq=WANG+JISI+&ots=IIZj1FZKT-&sig=vsFgMsZUcIYjNXlentVxcQrSgp4#v=onepage&q=WANG%20JISI&f=false>. Acesso em: 27 set. 2018

WANG, Y. Offensive for defensive: the belt and road initiative and China's new grand strategy. **The Pacific Review**, v. 29, n. 3, p. 455-463, 2016.

WOLF, S. China–Pakistan Economic Corridor (CPEC): Regional Cooperation in the Wider South Asian Region. In: **China's Global Rebalancing and the New Silk Road**. Springer, Cingapura, 2018. p. 85-100.

YAN, X. The rise of China in Chinese eyes. **Journal of Contemporary China**, v. 10, n. 26, p. 33-39, 2001.

YANG, X. 'Belt and Road' Initiative: Building a China–South Asian Security Community. In: **China's Global Rebalancing and the New Silk Road**. Springer, Cingapura, 2018. p. 43-50

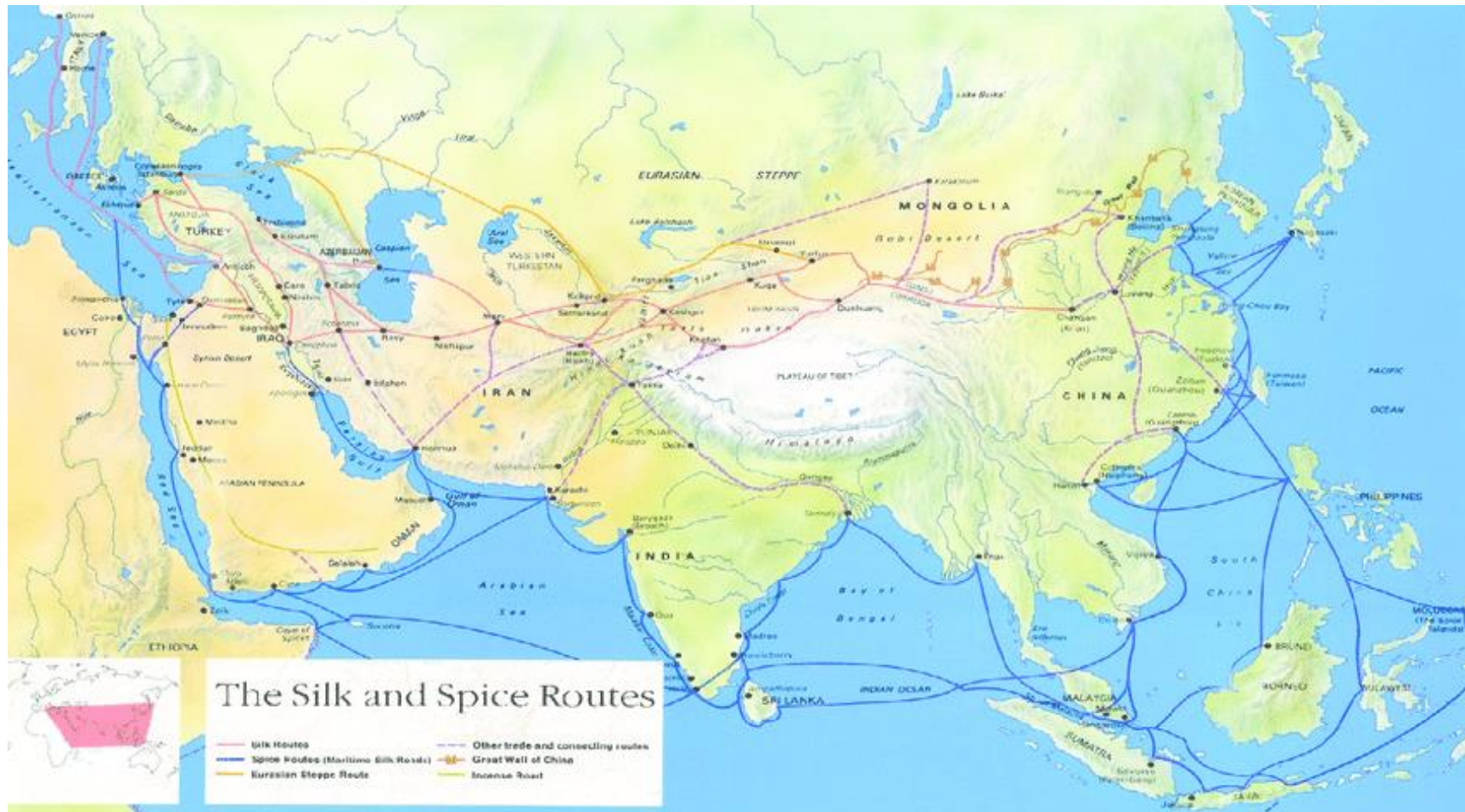
ZHAI, F. China's belt and road initiative: A preliminary quantitative assessment. **Journal of Asian Economics**, v. 55, p. 84-92, 2018.

ZHANG, R. China's foreign minister says China will not seek to replace US leadership. **China Daily**, 30 set. 2018. Disponível em: <<http://usa.chinadaily.com.cn/a/201809/30/WS5bafb647a310eff303280520.html>>. Acesso em: 28 set. 2018.

ZHAO, H. Afghanistan and China's new neighbourhood diplomacy. **International Affairs**, v. 92, n. 4, p. 891-908, 2016.

ZHOU, W.; ESTEBAN, M. Beyond Balancing: China's approach towards the Belt and Road Initiative. **Journal of Contemporary China**, p. 1-15, 2018.

Anexos
ANEXO A – Rotas da Seda (vermelho) e de Especiarias (azul)



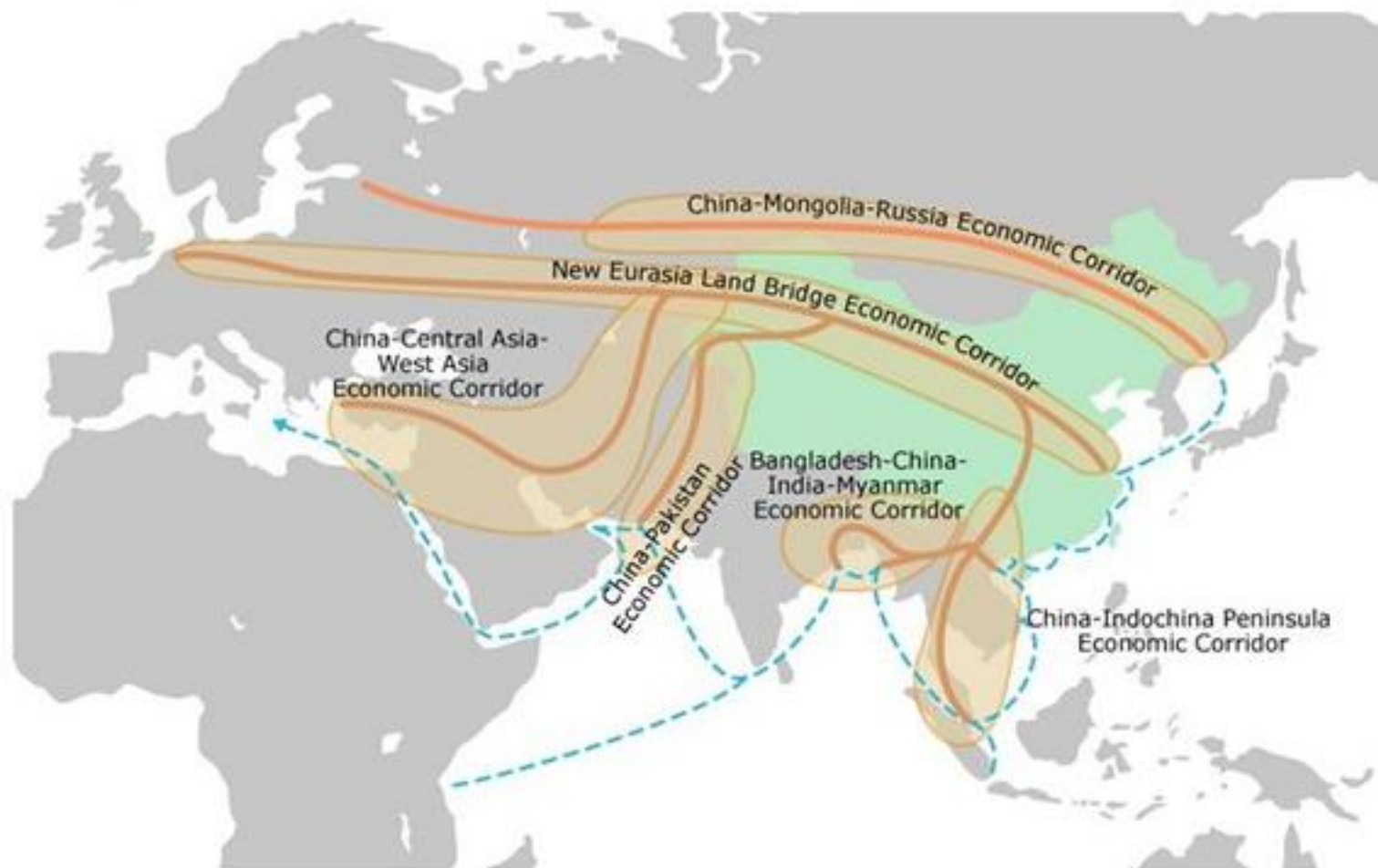
Fonte: UNESCO. Disponível em: <<https://en.unesco.org/silkroad/about-silk-road>>. Acesso em 22 mar. 2019.

ANEXO B – Iniciativa One Belt One Road (Cinturão Econômico em laranja e Rota Marítima em pontilhado)



Fonte: China-Britain Business Council. Disponível em: <[http://www.cbbc.org/resources/belt-and-road-reports-\(1\)/](http://www.cbbc.org/resources/belt-and-road-reports-(1)/)>. Acesso em: 22 mar. 2019

ANEXO C – Os seis corredores propostos pelo OBOR



Fonte: Hong Kong Development Trade Council. Disponível em: <<http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/The-Belt-and-Road-Initiative/The-Belt-and-Road-Initiative/obor/en/1/1X000000/1X0A36B7.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ANEXO D - Heartland



Fonte: MACKINDER, Halford. (1914, p. 59)

ANEXO E – Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC) e Região Autônoma Uigur de Xinjiang



Fonte: BBC (2015); The Uighur American Association (2017). Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-32400091>>; <<https://uyghuramerican.org/article/security-clampdown-bites-china-s-xinjiang-region.html>>. Acesso em: 3 abril 2019.